

Relatório de Missão sobre violações de direitos humanos e a emergência climática no Estado do Rio de Janeiro

Período: 27 de fevereiro a 2 de março de 2024

Relatoras:

Marina Dermmam (CNDH)

Veronica Korber Gonçalves (UnB)

Apoio no território:

Associação de Moradores de Marajoara

Casa Fluminense

Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CCDH)

Coletivo Espaço Gaia

Coletivo Fala Akari

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro (CEDDH/RJ)

Defensoria Pública do Rio de Janeiro

Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMRIO)

Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/RJ)

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)

Fórum Popular de Japeri

Instituto Todos Juntos Ninguém Sozinho (TJNS)

Mobilizar Japeri

Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis

Ouidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

Pastoral das Favelas do Rio

Rede Favela Sustentável

União das Lideranças (Petrópolis)

Sumário

Introdução.....	1
Contexto da missão	2
Visita e escuta às comunidades.....	4
3.1 Complexo do Salgueiro	4
3.2 Acari.....	8
3.3 Jardim América, Parque Colúmbia e Vigário Geral.....	11
3.4 Petrópolis	15
3.5 Japeri	22
Reunião com a Subsecretaria de Concessões.....	26
Frente Parlamentar por Justiça Climática.....	28
Roda de conversa sobre a Política Estadual Clima.....	31
Considerações sobre a missão	34
Recomendações.....	37
Anexo 1.....	41
Anexo 2.....	46
Anexo 3.....	48
Anexo 4.....	54
Anexo 5.....	66

Introdução

A missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) ao Rio de Janeiro realizou-se entre os dias 27 de fevereiro e 2 de março de 2024, e foi conduzida pela conselheira Marina Dermmam, Presidenta do CNDH e pela Dra. Veronica Korber Gonçalves, professora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), com a participação dos/as conselheiros/as Ana Paula Gurjor, Carlos Nicodemos e Virgínia Berriel, do assessor do CNDH, Marcelo Mayernyik, e do advogado popular Guilherme Pimentel, com apoio logístico e participação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em especial da Ouvidoria da DPE-RJ, e envolvimento de diversas organizações, coletivos e pessoas que trabalham com o tema.

O objetivo da missão foi conhecer *in loco* os efeitos das fortes chuvas que assolaram a região metropolitana do Rio de Janeiro, e decorrentes enchentes e deslizamentos que desabrigaram centenas de famílias¹. Fomos escutar relatos de pessoas e comunidades atingidas, com enfoque nas possíveis violações de direitos humanos decorrentes destes eventos climáticos extremos, bem como sobre o racismo climático que permeia o processo de distribuição dos efeitos das chuvas nas populações negras.

Foram realizadas visitas *in loco* às seguintes comunidades: Complexo do Salgueiro em São Gonçalo, Acari no Rio de Janeiro, Jardim América/Vigário Geral no Rio de Janeiro, Petrópolis e Japeri. Além disso, fizemos uma reunião com a Subsecretaria de Concessões do Governo do Estado, participamos de uma audiência da Frente Parlamentar por Justiça Climática da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, bem como uma roda de conversa com acadêmicos e representantes de entidades para conhecer o processo de implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas.

Sintetizamos, no relatório, as principais informações e observações fornecidas pelos interlocutores e anexamos os relatórios e demais documentos pertinentes entregues pelos/as interlocutores.

¹ <https://fase.org.br/pt/artigos/tragedia-climatica-na-regiao-metropolitana-fluminense/>
<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/27/chuvas-no-rj-ja-causaram-danos-a-mais-de-100-mil-pessoas-em-2024>
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/01/17/enchente-em-acari-invadiu-casas-de-20-mil-pessoas-segundo-associao-de-moradores.ghtml>
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/01/21/chuva-forte-provoca-alagamentos-em-varias-regioes-do-rio-na-madrugada-deste-domingo.ghtml>

Contexto da missão

Eventos climáticos extremos, como as chuvas intensas que ocorrem historicamente no verão no Rio de Janeiro, em especial região metropolitana, Baixada Fluminense e Serra, são cada vez mais devastadores devido às mudanças climáticas, tornando-se mais frequentes, intensos e prolongados. Essa realidade agrava consideravelmente as condições já desafiadoras enfrentadas pelas comunidades atingidas, uma vez que as enchentes e deslizamentos de terra não apenas expõem os habitantes a riscos iminentes, mas também contaminam a água da chuva com esgoto, agravando problemas de saúde pública. A falta de acesso à água potável se intensifica, criando uma situação precária e emergencial que exige a implementação urgente de políticas de adaptação para proteger os direitos fundamentais dessas populações vulneráveis. Estudos sobre mudanças climáticas indicam que seus efeitos intensificarão conflitos e agravarão a desigualdade social no acesso de serviços essenciais, como à água².

Diante da mudança no ciclo da água causada pela alteração das quantidades esperadas de chuva, não é mais suficiente um modelo de planejamento linear clássico, e no caso do saneamento básico, é preciso levar em conta a complexidade e a incerteza. Assim, não se pode mais pensar em planejamento dos sistemas de saneamento (em especial abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgoto) com base em modelos de variação fixa, uma vez que tais modelos não consideram os cenários e projeções das mudanças climáticas³. Nesse sentido, a “possível aquisição de não-estacionariedade pelas séries hidrológicas” (p. 8)⁴ tende a impactar o planejamento e a operação da infraestrutura de saneamento. O aumento da temperatura, mudanças nos padrões de chuva, períodos de estiagem e elevação do nível do mar alteram significativamente o regime hidrológico, impactando a capacidade de fornecer serviços de saneamento e expandir infraestruturas. Essas transformações climáticas intensificam o estresse hídrico e a poluição da água, criando um cenário crítico que demanda medidas efetivas. O desafio emerge não apenas

2

https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20151106083606_Os%20Efeitos%20das%20Mudan%C3%A7as%20Clim%C3%A1ticas%20sobre%20os%20Recursos%20H%C3%ADricos%20-%20desafios%20para%20a%20gest%C3%A3o_Link%20dentro%20do%20texto%20da%20apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf

³ https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-19012021-142533/publico/FerreiraFilhoRA_MTR_R.pdf

4

https://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20151106083606_Os%20Efeitos%20das%20Mudan%C3%A7as%20Clim%C3%A1ticas%20sobre%20os%20Recursos%20H%C3%ADricos%20-%20desafios%20para%20a%20gest%C3%A3o_Link%20dentro%20do%20texto%20da%20apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf

em se adaptar a essas mudanças, mas também em expandir o acesso ao saneamento em meio a um ambiente hidrológico dinâmico⁵.

Tanto as mudanças climáticas quanto a carência de saneamento (em sua integralidade - água potável, tratamento do esgoto, drenagem das águas pluviais, destinação adequada de resíduos sólidos e limpeza urbana) contribuem para o aumento de vetores de doenças. Esse cenário ressalta a interconexão entre as questões climáticas e de saúde pública, enfatizando a urgência de abordagens integradas para lidar com esses desafios globais. O enfrentamento dessas questões demanda esforços coordenados, políticas robustas e investimentos significativos para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos e a promoção da saúde pública.

De acordo com o Atlas de Abastecimento Urbano de Água da Agência Nacional de Águas – ANA de 2010, de 2005 a 2025, as demandas médias para abastecimento de água urbano no Brasil projetam um acréscimo de 28%, ainda sem considerar os efeitos das mudanças climáticas⁶. Assim, a adaptação às mudanças climáticas passa por melhorar a oferta e da gestão da demanda de água, “potencializando os recursos não-convencionais (reuso, águas de precipitação, etc.), o aproveitamento sustentável, a melhoria da eficiência e a racionalidade na destinação dos recursos hídricos” [OBJ].

De acordo com o Atlas da ANA de 2020, o Rio de Janeiro “está totalmente inserido na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste”, e é abastecido “exclusivamente por mananciais superficiais” em “85% dos municípios (78 sedes). Dos mananciais utilizados, destaca-se o Rio Paraíba do Sul, com nascente no estado de São Paulo, mas que acompanha longitudinalmente o Estado do Rio de Janeiro de ponta a ponta, abastecendo 17 sedes municipais ao longo do seu percurso, além de 9 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro através da transposição Paraíba do Sul/Guandu”⁷. O Rio de Janeiro, em especial a região metropolitana “é particularmente vulnerável a elevação do nível do mar e a ocorrência de eventos extremos, como ventos intensos, ondas de tempestade, chuvas torrenciais e períodos de seca mais prolongados, além de problemas de saúde na população”⁸. Nesse sentido, o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças

⁵ https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-19012021-142533/publico/FerreiraFilhoRA_MTR_R.pdf

⁶ <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/154/1/Atlas%20Brasil%20-%20Volume%201%20-%20Panorama%20Nacional.pdf>

⁷ <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/154/2/Atlas%20Brasil%20-%20Volume%202%20-%20Resultados%20por%20Estado.pdf>

⁸ <https://www.data.rio/documents/PCRJ::cole%C3%A7%C3%A3o-estudos-cariocas-vulnerabilidade-%C3%A0-eleva%C3%A7%C3%A3o-do-n%C3%ADvel-m%C3%A9dio-do-mar-na-regi%C3%A3o-metropolitana-do-rio-de-janeiro-julho-2012/explore>
<https://www.data.rio/documents/PCRJ::estrat%C3%A9gia-de-adapta%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-da-cidade-do-rio-de-janeiro-dezembro-2016/explore>

Climáticas do Rio de Janeiro⁹ trata do problema da escassez hídrica, que se encontra “num estágio de adaptação insuficiente frente à variabilidade hidrológica existente (devido à variabilidade climática em múltiplas escalas temporais e a decorrente das alterações no uso e ocupação nas bacias)”¹⁰ (p. 75-77).

Visita e escuta às comunidades

Foram realizadas visitas ao Complexo do Salgueiro em São Gonçalo, à Acari no Rio de Janeiro, ao Jardim América no Rio de Janeiro, bem como aos municípios de Petrópolis e Japeri.

De forma a preservar a segurança da comunidade, os nomes dos interlocutores não serão mencionados, a menos que explicitamente autorizado.

3.1 Complexo do Salgueiro

A equipe da missão foi ao Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. Trata-se de uma das maiores favelas planas da América Latina, sendo sua população majoritariamente negra. Fica em São Gonçalo o antigo Lixão de Itaoca, hoje desativado, porém perto do qual famílias que trabalhavam no lixão ainda habitam em condições precárias, sem saneamento básico e segurança alimentar¹¹. De acordo com uma moradora “O lixão faz uma falta danada. Era trabalho”. Além da Fazenda dos Mineiros, a equipe foi ao bairro Itaúna, no Conjunto da Marinha, para uma reunião com lideranças comunitárias e moradores da Marinha e Palmeiras na Escola Municipal Marinheiro Marcílio Dias.

⁹ <https://www.iis-rio.org/wp-content/uploads/2021/11/PAERJ-Relato%CC%81rio-Final-compactado.pdf>

¹⁰ <https://www.iis-rio.org/wp-content/uploads/2021/11/PAERJ-Relato%CC%81rio-Final-compactado.pdf>

¹¹ https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/radar-saude-favela-23.pdf



Figura 1 - Convite para a conversa com o CNDH na porta da Escola Municipal Marinheiro Marcílio Dias (foto: Veronica Gonçalves)

A referência no território foi o Espaço Gaia¹², organização que atua com mulheres que vivem em vulnerabilidade social e econômica e que residem dentro do Complexo do Salgueiro. O foco da visita ao Complexo do Salgueiro envolveu a escuta sobre o abastecimento de água e sobre as enchentes, bem como sobre a ausência de amparo público diante das calamidades.

Sobre a falta de abastecimento de água

Especificamente na Fazenda dos Mineiros, onde fica o antigo lixão de Itaoca, cerca de 60 famílias utilizam como principal fonte de abastecimento uma “bica” (uma mangueira que faz ligação com a água que vem de Paquetá) com vazão intermitente e sem potabilidade garantida. A água só chega de sexta a domingo. Com as enchentes, a água da bica vem contaminada de esgoto em razão dos furos no cano. Ainda assim, é a fonte de abastecimento disputada. De acordo com relatos de moradores/as: “tem briga por causa de água”, “tem muita fila por causa da água”, “já teve vez de não ter uma gota para fazer a mamadeira da minha filha”. Os/As moradores/as relataram doenças de veiculação hídrica frequentes, em especial coceiras e diarreia. As habitações são bastante precárias e não possuem banheiro.

“Eu já chorei por causa de falta de água”.

¹² <https://www.instagram.com/Gaia.espaco/>



Figura 2 mangueira da bica que abastece a comunidade da Fazenda dos Mineiros (foto: Veronica Gonçalves)

Alguns moradores com mais recursos conseguem instalar bombas para garantir o abastecimento de água. Porém, aqui entra a relação entre o acesso à água e acesso à energia: sem energia não se pode bombear a água até os pontos de consumo, ocasionando falta de água. No bairro Marinha, diversas casas tem cisternas (ainda que algumas sejam precárias e sem tratamento para evitar a proliferação de vetores de doenças). A escola Marcílio Dias é abastecida com caminhão pipa.

Sobre as enchentes severas

De acordo com o Relatório produzido pelo Coletivo Ressuscita São Gonçalo (Anexo 1), o Atlas Digital de Desastres no Brasil indica que São Gonçalo se destaca no contingente de habitações afetadas, com 47.386 pessoas desalojadas - 40mil casos a mais que o segundo município da lista. “A significativa discrepância do número de desalojados em São Gonçalo indica a deficiência da infraestrutura presente no município, onde predominam os baixos padrões de construção das habitações, serviços de pavimentação, escoamento das águas e saneamento básico escassos” (p. 2 do Relatório).

Na visita, pessoas da comunidade relataram que os bairros Palmeiras e Marinha são os mais atingidos pelas enchentes, porque, segundo eles, são área de mangue e são cortados pelo Rio Salgueiro – que está assoreado e não foi limpo. Com isso, quando chove e enche, as águas sobem mais de 1 metro. Não há rede de coleta pluvial. Assim, “todos os anos esses problemas se repetem”, “estou há 30 anos aqui, e todo ano a mesma coisa,

enchente”. Além da água poluída com esgoto que avança nas casas, alguns animais, em especial o jacaré do papo amarelo e cobras passam a circular perto das pessoas em razão das enchentes. “Falam que o jacaré está em extinção. Não aqui no Salgueiro, aqui tem muito jacaré”.

Sobre o papel do Município

De acordo com o Relatório produzido pelo Coletivo Ressuscita São Gonçalo (Anexo 1), as enchentes estão relacionadas à falta de investimento público em drenagem urbana, bem como na realização de grandes obras urbanas que promovem a alteração do leito do rio e a impermeabilização de áreas de vazão: “O maior exemplo, talvez, seja a Rodovia BR-101, que corta todo o litoral da cidade, gerando uma espécie de dique, de barreira física nos rios que têm foz na Baía de Guanabara”, bem como as obras realizadas com os valores decorrentes da concessão do serviço de distribuição de águas da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), que modificam e impermeabilizam o solo sem preocupação com manutenção/plantio de vegetação e de drenagem e escoamento (p. 3 do Anexo 1). Destacam ainda que o Plano Diretor de São Gonçalo está defasado. De acordo com uma moradora, O Plano Diretor tem registrados os pontos de alagamento, mas os pontos de apoio às vítimas dos eventos climáticos extremos só atendem as regiões centrais.

Em relação à atuação da Defesa Civil, os/as moradores/as relatam uma defasagem entre os pontos de apoio oficiais da Defesa Civil e as áreas que sofrem com enchentes. Existem placas dos pontos de apoio da Defesa Civil. Mas não existe nenhum Plano de Ação em caso de enchente. O ponto de apoio fecha quando a água baixa, mas não há assistência à população para recuperar suas casas. O principal ponto de apoio é uma quadra da escola de samba Unidos do Salgueiro. Poderia ser na escola Haroldo Gomes, mas teria que pagar passagem. Outro ponto importante era a Escola Municipal Marcílio Dias, mas em razão do volume de água não se conseguia trazer ajuda para dentro da escola, que ficava ilhada. Ainda assim a escola já abrigou mais de 200 famílias em enchentes anteriores, sem apoio do Município. “A escola sofre quando a comunidade sofre. A escola é o único refúgio para essas crianças. Não só da enchente, mas da violência também!”.

O Município de São Gonçalo não decretou estado de calamidade/emergência, de acordo com os/as moradores/as. “Apesar de ser a cidade do Rio com o maior número de desabrigados, não aparece nos jornais”. Não tinha corpo técnico da defesa civil para atestar que teve enchente. “A Defesa Civil não deu papel pra gente, não deu a interdição”. “Tem um monte de casa rachada, tem casa afundando”. “A gente está ilhado”. De acordo com moradores/as, os últimos laudos foram de 2010, e quando solicitam que a Defesa Civil

venha, eles se recusam, “porque segundo a Defesa Civil, a Marinha é caso perdido”. “Nem a Defesa Civil nem a Assistência chegou até nós”. A DPE buscou a Defesa Civil para que fossem à Marinha, mas não foram. Os/as moradores/as relatam que não receberam nenhuma informação sobre o Cartão Recomeçar, do Governo do Estado.

De acordo com ofício enviado ao CNDH pelo Vereador Romario Reges, da Câmara de Vereadores de São Gonçalo (Anexo 2), a comparação do orçamento de 2023 e 2024 indica que houve uma forte redução nos investimentos para a Defesa Civil de São Gonçalo, bem como para prevenção, preparação, resposta e construção em caso de enchentes e alagamentos. Além disso, houve redução do orçamento de obras de saneamento básico.

Foi apresentado um Projeto de Lei “Plano de resiliência às mudanças climáticas” na Câmara de Vereadores de São Gonçalo, mas ainda não foi votado.

3.2 Acari

O segundo ponto da visita foi ao bairro Acari, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A visita foi conduzida em parceria com o Coletivo Fala Akari¹³, e visitamos os seguintes pontos: Parque Acari, Parmalat, Beira-rio e parte do Fim do Mundo.

Trata-se de região com um dos menores índices de Desenvolvimento Humano do Estado. O bairro é cortado pelo Rio Acari, e está no mesmo nível topográfico que a Baixada Fluminense, e os rios Acari, Pavuna e Cachorros desembocam naquele trecho. A ausência de políticas de saneamento, aliado ao processo de alteração do solo das margens do rio, em especial o desmatamento e as obras do BRT que levaram à impermeabilização do solo, acarretam enchentes severas com consequências gravíssimas para a população. Ressalta-se ainda que o Rio Acari passa por importantes vias da cidade: Avenida Brasil e Rodovia Presidente Dutra, que são afetadas pelas enchentes e alagamentos.

Sobre as enchentes e suas consequências

De acordo com relatório produzido pela comunidade de Acari e entregue à equipe da Missão (Anexo 3), há registro de enchentes mais severas na região desde 1959, tendo essas piorado nos últimos 10 anos. Um morador do bairro desde 1970 relatou que se lembra da enchente de 1974, lembra-se da enchente de 2019, 2020... “a gente percebe que numa linha do tempo ficaram mais frequentes e mais fortes, e que tem a ver com as obras ali da Avenida Brasil e o desmatamento das áreas que instalaram galpões”. De acordo com outro morador, “depois do terceiro imprevisto, não é mais imprevisto. Daria pra reduzir danos se tivesse preparo pra isso”. Em janeiro de 2024, (mais) duas graves enchentes ocorreram na região: entre 13 e 14 de janeiro, e depois entre 19 e 20 de janeiro. As pessoas

¹³ <https://www.instagram.com/coletivofalaakari/>

perderam o que haviam conseguido comprar e limpar da semana anterior. Relataram que faltou água, luz, que havia muito lixo nas ruas e que os alimentos estragados pelas enchentes foram descartados e acabaram consumidos por parte da população.



Figura 3 área em Acari inundada na última enchente (foto: Veronica Gonçalves)

Há no bairro coleta de resíduos três vezes na semana, há abastecimento de água mas não há coleta e tratamento de esgoto. E com as chuvas fortes o abastecimento de água e luz foram interrompidos. Segundo um morador “tanto o CRAS quanto a Defesa Civil estavam lá, mas não sabiam o que fazer. A Defesa civil esteve pontualmente, mas não criou uma estrutura, um posto de atendimento”.

Diante da situação, um grupo de moradores organizou a doação de refeição para os moradores atingidos, a partir da contribuição de voluntários, sendo que nenhum órgão da prefeitura colaborou.

Relataram que as obras de loteamento da antiga Rádio Tupi e o desmatamento, bem como a obra para construir os grandes galpões, pioraram a situação, porque depois disso as enchentes ficaram piores.

Relataram que outra obra que piorou a situação foi a construção do muro na área da PRF, bem como a construção do BRT – ambas as obras impactaram no processo de absorção das águas e canalizaram toda a vazão do rio para o bairro¹⁴. A solução passa, segundo os/as moradores/as, por pensar em obras estruturais para toda a bacia da Baía de Guanabara, não apenas dragar o rio Acari.

¹⁴ No mesmo sentido: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/01/6776647-moradores-de-bairro-as-margens-do-rio-acari-denunciam-obras-que-podem-ter-agravado-impactos-do-temporal.html>

Relataram que muitas casas têm rachaduras graves, inclusive o “prédio da Parmalat”, no qual moram muitas famílias mas está com a estrutura danificada, há muita infiltração.



Figura 4 Interior do prédio da Parmalat (foto: Veronica Gonçalves)

Sobre o papel dos órgãos públicos

A equipe visitou o CRAS, que atendeu as famílias atingidas pela enchente, e também foi atingido – foram perdidos computadores, mobiliário, e ficaram sem acesso à internet. As servidoras do CRAS relataram que além das perdas materiais que a população sofreu, muitas pessoas ficaram doentes em decorrência do contato com a água contaminada – patógenos bacterianos, virais e parasitários.

Uma assistente social informou que, em razão da última enchente, inicialmente distribuíram cartões alimentação no valor de R\$200 para todos/as os/as atingidos/as, mas a empresa que produzia os cartões não entregou em número suficiente para todos. Assim, passou-se a distribuir cestas básicas. De acordo com os moradores, a cesta é muito pequena e insuficiente. O CRAS, segundo as assistentes sociais, atende em média 3500 a 4000 pessoas por mês, e nas enchentes atendeu mais de 6000 em 10 dias, não tendo conseguido atender a todos/as. Em relação ao Cartão Recomeçar, programa do governo do Estado que destina o valor de R\$ 3000 para pessoas atingidas pelas enchentes para a compra de eletrodomésticos e móveis e materiais de construção, as assistentes sociais informaram que a informação não chegou até o CRAS, e que ninguém ali recebeu o cartão.

No que se refere à Defesa Civil, foi destacado que esta dá o alerta de enchentes para as lideranças, mas que não há um sistema de sirene. Os/As moradores/as informaram que não há um plano de prevenção e plano de ação para enchentes. E que os pontos de apoio foram pensados no contexto de 2010. Hoje os pontos de apoio são áreas também atingidas, não tem segurança, podem encher. De acordo com uma moradora “o que salvou Acari foi a organização dos moradores”.

Relataram que embora já tenham passado 40 dias das fortes chuvas, a situação de emergência permanece. Em relação ao auxílio do aluguel social, informaram que quem faz o cadastro é a Secretaria da Habitação, que não veio com equipe, e só estiveram uma vez no território. Avaliaram que falta coordenação entre as secretarias de assistência social, defesa civil, habitação, pois cada uma está fazendo um pouco, mas não de forma coordenada. Por exemplo: a Defesa Civil ia ao local, interditava, mas não informava a Secretaria de Habitação.

Assim como na região visitada em São Gonçalo, os relatos indicam que as enchentes impactam fortemente as escolas. Em Acari, duas escolas (Escola Municipal Alexandre de Gusmão e Escola Municipal Érico Veríssimo) às margens do Rio Acari sofrem com as enchentes, impactando toda a comunidade escolar (Anexo 3).

Um morador questionou “por que esperar um desastre de grandes proporções para agir?” e outro afirmou que “Não existe justiça climática sem reparação”.

3.3 Jardim América, Parque Colúmbia e Vigário Geral

Os bairros Jardim América, Vigário Geral e Parque Colúmbia e adjacências (com áreas de moradia às margens do rio Acari) foram fortemente atingidos pelas chuvas de janeiro de 2024, provocando enchentes, desabamento de edificações e abalo de estruturas. A referência na visita ao território foi a Associação de Moradores, foi feita uma visita ao Parque Columbia e foi realizada uma Assembleia no pátio da Igreja Santa Rosa de Lima. Além dos impactos e prejuízos das enchentes, a região sofre, de acordo com os/as moradores/as, com questões relacionadas ao abastecimento de água em razão da “falta da regulação da tarifa social e do mínimo vital de água”, além da má qualidade do serviço prestado pela empresa “Águas do Rio”.

Sobre as enchentes

Os moradores relataram que a enchente de janeiro foi muito maior do que no passado, atingiu uma área muito maior (70% do bairro). “Além das residências e do comércio local, essa enchente gerou estragos nas escolas, no CRAS, no posto de saúde e no posto policial” (p. 2 do Anexo 4).



Figura 5 Marca da altura da água no muro de uma casa no Parque Columbia (foto: Veronica Gonçalves)

Entre as causas para o agravamento das enchentes, destacam que além das mudanças climáticas, as obras feitas suprimiram áreas verdes além de promoverem muitas obras de impermeabilização do solo, o que dificultou a absorção de volumes de água que antes escoavam para essas localidades. Uma dessas áreas é a do “Parque de Logística”. Além disso, os/as moradores/as destacaram as falhas do sistema de drenagem e a ausência de obras estruturais na região, que tornam as enchentes “quase esperadas”.

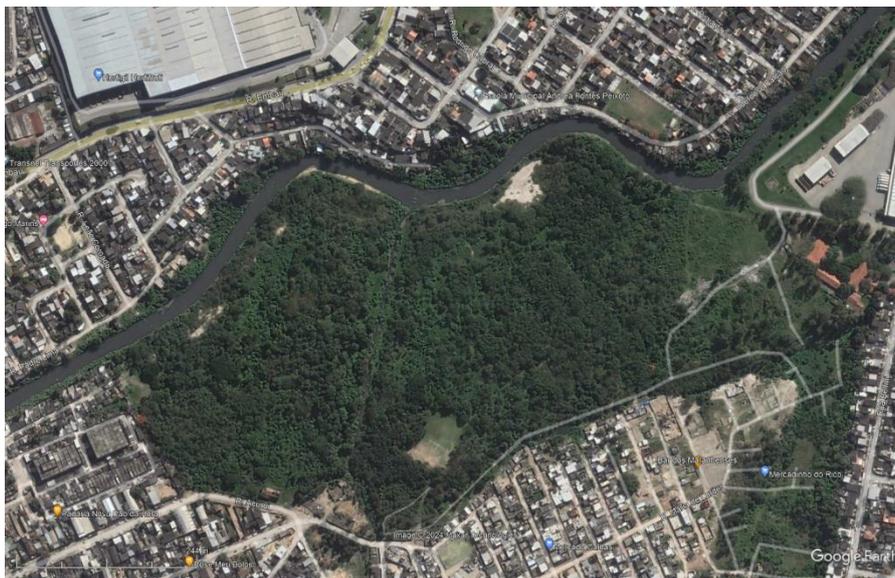


Figura 6 - Parque Columbia set. 2013 (foto: Comissão de Moradores)



Figura 7 - Parque Columbia maio 2023 (foto: Comissão de Moradores)

Moradores destacaram preocupação com uma área de casas perto da Rodovia Dutra, em que as estruturas de várias casas ficaram abalada, muros desmoronaram e houve afundamento de solo. Foi relatado o sentimento de “ansiedade climática”: “todo mundo fica olhando pro valão com qualquer chuva”. Além do trauma psicológico, relataram que as enchentes acarretam problemas de saúde para a população, em especial doenças de pele e intestinais.

Sobre o saneamento

Moradores/as destacaram o problema de que parte da população joga lixo no leito do rio, sendo que tem coleta de resíduos no bairro. Outros/as moradores/as ponderaram que o problema é estrutural, que falta poder público na região, falta saneamento e obra de drenagem, e que não se deve colocar a responsabilidade da enchente em quem jogou o lixo no leito do rio.

Também foi relatado por diversos/as moradores/as que ficaram três dias sem água depois da enchente. Em especial, moradores/as identificaram a Concessionária Águas do Rio como prestadora de péssimos serviços, que não atende nem responde as demandas e dúvidas. Afirmaram que as obras previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico da cidade do Rio de Janeiro (2014) para a bacia dos rios Acari Meriti-Pavuna não saíram do papel, e que é preciso transparência quanto aos recursos do Município destinados às contenções de enchentes.

De acordo com o relatório da Comissão de Moradores: “Trata-se de um **racismo ambiental**. Sabemos muito bem que sempre há recursos e investimentos para as áreas consideradas nobres da cidade. Esse racismo ambiental se reflete não só em relação a questão das enchentes, mas fundamentalmente o descaso histórico no que se refere ao Saneamento Básico dessa região. Sabemos que, conforme defendem a privatização dos serviços públicos, fundamentalmente para a classe trabalhadora e população periférica a recente privatização do direito água e ao esgotamento sanitário, não melhorou a oferta desses direitos fundamentais que passaram a ser mercadoria” (Anexo 4).

Sobre o papel do Poder Público

De acordo com os/as moradores/as, falta fiscalização de obras irregulares (não apenas de casas para moradia, mas especialmente de obras grandes no entorno que impactam sobremaneira a capacidade de absorção da água do rio em caso de enchente). Destacaram o descumprimento do Plano Diretor de Manejo do rio Acari, que previa intervenções como a construção de oito reservatórios ao longo da Bacia do rio Acari. Uma liderança comunitária afirmou que a Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro tem sido leniente e morosa em suas ações na região. Em relação às enchentes, destacaram que houve morte de moradores tentando salvar outras pessoas – e que morreram eletrocutados, e que faltou presença forte e apoio da Defesa Civil.

Os/As moradores/as relataram que muitos não conseguiram o cartão alimentação, e que a cesta básica doada pela prefeitura era pequena e não vinha produtos de limpeza. Também não receberam o Cartão Recomeçar. Alguns receberam o benefício do “Aluguel Social” da Prefeitura do RJ. Entretanto, há relatos que em alguns casos o pagamento desse benefício foi descontinuado.

Os/As moradores/as destacaram que recentemente foi anunciado pelo Governo Federal recursos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento 3 para a região, e que é preciso cobrar mais informações e fiscalizar os recursos.

Reivindicações

Na Assembleia, foram apresentados três eixos de reivindicação do bairro:

- 1) Não à remoção. O histórico de remoções no bairro é bastante arbitrário;
- 2) Reassentamento no mesmo território – no máximo 5 quilômetros de distância;
- 3) Levantamento das perdas materiais e ressarcimento em razão das enchentes;
- 4) Realização das obras na bacia previstas no Plano de Saneamento
- 5) Fiscalização do cronograma das obras.

Em documento entregue à equipe da Missão, de acordo com a Comissão de Moradores/As Atingidos/As pelas Enchentes no Bairro de Jardim América e adjacências, é necessário:

- 1- *Realizar obras nos rios e saneamento;*
- 2- *Garantir o direito sagrado e constitucional de moradia para àqueles que estão recebendo o Laudo de Interdição de suas casas, com assentamento no próprio bairro;*
- 3- *Ressarcir todos os moradores que perderam seus utensílios de casa;*
- 4- *Apesentar também o abandono do bairro e das pessoas que estão sofrendo: materialmente, fisicamente e psicologicamente;*
- 5- *Criar meio para que a população acompanhe e fiscalize todo o andamento das obras através de comissões.*

3.4 Petrópolis

A equipe da missão foi ao Município de Petrópolis, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas, conforme sintetizado por um dos parceiros na visita, “vive os desafios de região serrana, porque é uma área com muitas nascentes, morros com muitas pedras, e com a retirada da vegetação, em período de chuvas ocorrem os deslizamentos”. Conforme explicou outro parceiro na visita “Petrópolis traduz claramente a ideia de racismo climático: quando as chuvas fortes ocorrem, e ocorrem enchentes e deslizamentos, as áreas inundadas e impactadas no centro são rapidamente recuperadas, reconstruídas, mas as áreas de favela, composta por uma maioria de pessoas pretas, não,

“você tem ainda os escombros dos deslizamentos anteriores lá, você não tem retirada de entulho, reconstrução das ruas...”

A visita iniciou-se no Centro de Cultura Raul de Leoni, numa roda de conversa com as lideranças comunitárias, organizações não governamentais e representantes da Defensoria Pública do Estado e de mandatos parlamentares.

Sobre as moradias em áreas de risco e a (ausência de) política habitacional

A questão habitacional foi destacada por uma representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH. Segundo ela, conforme indicado no levantamento realizado para a campanha Despejo Zero, relatórios comprovam que “há um déficit habitacional significativo em Petrópolis, e as pessoas são empurradas para áreas de risco, enquanto muitos imóveis nas áreas centrais da cidade estão desocupados. A atual gestão não faz regularização fundiária”.

De acordo com uma liderança do movimento de moradia e comissão de vítimas, os deslizamentos são frequentes na região. “Não foi só em 2022, teve a de 2011, e antes ainda, 1981, 1988... Temos problemas desde antes, eles se acumulam. Até hoje o INEIA deve para as famílias. Tem terrenos que foram interditados e desocupados no Vale do Cuiabá, mas que depois foram ocupados. Aconteceu com terrenos inundados em 1981 na BR-040 e que depois foram reocupados, parte da comunidade está na faixa de domínio, mas a própria prefeitura colocou eles lá”. “No caso do Vale do Cuiabá, lá era um brejo e o próprio poder público construiu as habitações lá”. “Na Vincenzo Rivetti, tem muitas áreas com vícios construtivos”.

Um problema destacado na reunião foi a questão do tipo de habitação entregue às pessoas que foram desabrigadas e desalojadas, porque mandaram elas para apartamentos ao invés de casas: “Fizeram 3 condomínios, mas as pessoas não são habituadas com isso, não pode animal, tem muita restrição. Então elas voltam pras suas casas nas áreas de risco”. No mesmo sentido, outra liderança comunitária afirmou “o poder público deixa as pessoas construírem, não tira de lá. O Estado deu posse para pessoas que estavam num morro que estava caindo, fez cinco muros, mas devia era ter derrubado as casas. A maioria que estava lá recebia aluguel social, mas mora num lugar condenado”. “Nós os deixamos fazerem isso com a gente, tem casa no morro de 2 andares. Fico preocupada porque sei que vai cair tudo, tem que ficar pedindo pra não jogar entulho no nosso quintal”. “É preciso fiscalizar as construções e demolir antes da tragédia”.

Outra liderança de bairro (24 de maio) afirmou “capinaram e dá pra ver o tanto de casa que ainda tem pra demolir, ficam ali os destroços. O mato camufla a tragédia”. Relatou que a “servidão para a quadra” está inteira condenada. Outros relataram que o Município não consegue a documentação sobre a obra porque o Estado não libera. No caso

da Rua Nova, um mutirão fez a limpeza da área, mas alguns voltaram. A ENEEL não ligou a luz, mas fizeram gato e voltaram.

Outra liderança de bairro (Alto da Serra) afirmou que está recebendo aluguel social porque perdeu tudo. Mas disse que “tem pessoas que não perderam as casas e estão sendo indenizadas mesmo assim, e que tem gente que precisa, mas não recebeu indenização, só o aluguel social. Por que não olham primeiro pra quem perdeu tudo? Pessoas estão comprando casas que tinham sido interditadas. Se você quiser voltar pra sua casa que está interditada, você assina um papel e pode voltar”. “No caso das áreas do príncipe, quem ocupou não pode receber nada de indenização, então receberam compensação”. As indenizações, segundo lideranças presentes na reunião, variam de 90 a 230 mil, mas as famílias da Frei Leão não foram contempladas. “Na Barreira do Leão dá pra ver as minas d’água”.

Relataram que muitos receberam aluguel social e indenização, mas não todos. Relataram também que o aluguel social (no valor de R\$ 800,00) levou a uma forte especulação imobiliária, e que o valor base do aluguel subiu muito. Além disso, para receber o aluguel social pelo município, foi preciso comprovar a moradia, então tiveram que aceitar declaração de presidente de associação de moradores, de posto de saúde, contrato de compra e venda. Mas o Estado não aceitou essas comprovações para receber a complementação de valores oferecida pelo Estado.

Algumas lideranças afirmaram que a ausência de uma Secretaria de Habitação (hoje é um departamento dentro da Assistência Social) prejudica muito a concretização de uma política habitacional séria. De acordo com uma liderança “muito da regularização fundiária não anda porque a Secretaria de Assistência Social e Habitação de Petrópolis não manda a documentação”.

Uma liderança afirmou ser contra compensações: “Tinha que ser compra assistida, com a Defesa Civil fazendo vistoria, garantindo segurança. Senão acontece de as pessoas gastarem tudo mas ficarem no lugar, porque querem manter a casa”. Informaram que na enchente de 2022 teve gente que recebeu o Cartão Recomeçar, mas não todo mundo que precisava.

Relataram que após os temporais, sempre falta água e luz, e que demoram para voltar. “Falta um plano de contingência para as concessionárias”.

Sobre a Defesa Civil

Os/As participantes da roda de conversa destacaram que o Secretário da Defesa Civil é bastante comprometido, mas que falta articulação com as outras secretarias, e também falta pessoal (“Na hora que o bicho pega 51 agentes não dão conta”). Em relação aos avisos em caso de forte chuva, Petrópolis tem sistema de sinalização (sirenes em

partes dos morros e informes por whatsapp). Alguns moradores relataram não ser possível ouvir as sirenes de suas casas. A Defesa Civil tem política educativa, de núcleos de Defesa Civil com lideranças Comunitárias (NUDEC). As lideranças receberam capacitação e kit com capa, bota e rádio. No entanto, alguns ressaltaram que a Defesa Civil joga muita responsabilidade na população, falta prevenção.

Sobre o racismo ambiental e climático

Em relação ao tema do racismo ambiental e climático, a representante do Instituto Todos Juntos Ninguém Sozinho informou que foi aprovada na Câmara de Vereadores uma lei (Lei Municipal nº 8.675, de 15 de dezembro de 2023) que estabelece o “Dia Municipal de Enfrentamento ao Racismo Ambiental”, e a data de 20 de março remete à “maior tragédia socioambiental já registrada na cidade”. Salaria a importância de criação, agora, de uma política de enfrentamento ao racismo ambiental, considerando que Petrópolis é uma cidade que segrega sua população negra para as áreas de risco.

Após a roda de conversa com as lideranças, passamos com o grupo por pontos anteriormente visitados pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. As lideranças comunitárias relataram não ter visto nenhum avanço significativo de obras e ações do poder público em relação ao período de deslizamentos de 2022, o que foi também corroborado pelos relatórios de visita à época compartilhados pela Ouvidoria (não anexados por conterem informações de identificação pessoal). Muitos escombros não foram removidos dos locais de deslizamento segundo os relatórios da ouvidoria de 2022, “tendo o mato crescido nas áreas e ocultado as marcas dos deslizamentos, terra fofa com bolsões de ar, minas d’água e outros elementos que levantam temor com relação à instabilidade do terreno para próximas chuvas”. A situação permanece inalterada em 2024, conforme comparativo de fotos:



Figura 8 Morro da Oficina (fotos: Guilherme Pimentel)

As imagens refletem o que foi relatado pelos moradores: muito dos escombros e da terra não foi retirado.



Figura 9 - Localização: -22.504897,-43.158232 (fotos: Guilherme Pimentel)

Em Caxambu, em conversa com moradora, esta afirmou que, embora tenha sido feita a obra de reparo da via que tinha cedido, a obra manteve o esgoto a céu aberto passando muito próximo da sua casa (que ainda está danificada). Foi colocado um encanamento (cano branco na imagem) apenas para água da chuva. Ela espera poder arrumar e retornar para lá (a casa está na imagem à direita do cano). “O medo é quando chove”.



Figura 10 - Calçamento realizado pela prefeitura e esgoto a céu aberto (foto: Veronica Gonçalves)

Durante as visitas, moradores/as afirmaram que “ninguém teve atendimento psicológico, médico”. É uma dor deixar um sonho, a casa era um brinco, tinha área de lazer e tudo”.

De acordo com relatório da Ouvidoria da Defensoria Pública ao qual a missão teve acesso, e no qual constam as fotos de 2022, “no dia 15/2, a encosta caiu. No dia 20/3, houve mais deslizamento. A casa foi soterrada em março. Não teve vítimas fatais. Ainda não foi resolvido, mas a encosta está fofa e instável, com escombros por debaixo. Há inúmeras casas acima e ao lado do barranco. Uma das casas acima do barranco está visivelmente abalada. Os barrancos ficam numa via pública, o que gera risco também para transeuntes. A Defesa Civil chegou a interditar o local, limpou apenas a pista e desinterditou.” Essas são imagens comparativas da época da visita da Ouvidoria em 2022 e da Missão, em 2024, que demonstram que a situação permanece inalterada:



Figura 11 - Bairro Caxambu (fotos: Guilherme Pimentel)

Em relação à Rua Nova, houve um forte deslizamento, casas foram soterradas. Após 2022, o Governo do Estado realizou uma obra colocando uma cerca de contenção para evitar o deslizamento de novas pedras, conforme figura abaixo:



Figura 12 imagem da cerca de contenção construída pelo Governo do Estado (foto: Veronica Gonçalves)

Porém, segundo eles, o Município ainda não liberou a área para as pessoas retornarem para suas casas, nem demoliu as casas condenadas. Parte dos moradores (apenas 4 casas ainda estão habitadas, segundo um morador que permanece no local) deseja a liberação das casas, e buscou a Defensoria para agir para a liberação “Muitas casas estão sendo invadidas, roubadas”. Parte, porém, teme novos deslizamentos apesar da cerca. “A parte de baixo do muro vai ser desinterditada, mas não há confiança nos laudos técnicos”. “Estou vendo muito perigo” “As pessoas que estão embaixo não estão seguras, não tem nada que segura o morro”. “Mesmo que desinterdite, eu não volto para a minha casa, porque já sobrevivi a dois deslizamentos lá”.

“A gente vive assim. Será que a pedra vai cair de novo?”



Figura 13 - Bairro Caxambu (fotos: Guilherme Pimentel)

3.5 Japeri

Simultaneamente à visita à Petrópolis, parte da equipe da Missão foi à Japeri, na baixada fluminense. A visita foi motivada porque ali fica o manancial de abastecimento para a região metropolitana, embora possua um dos piores índices de saneamento do Brasil, além de ter sido profundamente afetada por enchentes no período recente.

Japeri é considerada uma cidade “mista”, 50% rural e 50% urbana, composta por 32 bairros, onde há dificuldade de comunicação e não há um plano de mobilidade. Possui localidades de baixo relevo, portanto, é necessário aterrar terrenos para ficar no nível da rua. Durante muitos anos, terra e areia de Japeri eram coletadas para abastecer grandes construções da capital do estado, o que resultou em terrenos acidentados e “esburacados”.

O ponto de encontro da visita foi na Associação de Produtores Rurais do Marajoara e Adjacências.

Em 2023, a população de Japeri sofreu o impacto da seca, o que também contribuiu para o afundamento do solo, fundamentalmente, devido ao ressecamento. O rio dos Poços, também denominado de rio Sarandi, deságua no rio Guandu. O rio Sarandi está assoreado, visto que há muito tempo não tem sido realizada a dragagem de toda a sua

extensão. Um dos motivos que contribuem para o assoreamento do rio Sarandi é o desemboque de valas (drenos que funcionam como esgoto), comuns na cidade, por não haver a oferta de serviços adequados para captação e tratamento do esgoto. Essas valas, utilizadas por grande parte da população, também contribuem para a contaminação de lençóis freáticos.

Um morador informou que “Em Japeri não há distinção entre rio e esgoto”. O esgoto é lançado, em sua maioria, no rio Guandu.



Figura 14 - Bairro Marajoara - Vala de esgoto alagada (foto: Marcelo Mayernyik)

As empresas começaram a se instalar na região, assim começou a aterrar as ruas sem providenciar o saneamento básico, com redes adequadas de esgoto e captação de água de chuvas. A Multinacional do Grupo *Knaut*, próximo de Queimados, dragou o rio na parte local, entretanto, o trecho de Japeri ainda está assoreado.

Em determinadas localidades os moradores se juntam e constroem poços artesianos, que proporcionam o abastecimento de algumas famílias.

70% das pessoas de Japeri são abastecidas pelo rio D'Ouro, água sem nenhum tipo de tratamento, captada diretamente do rio para o consumo.

A cidade não tem corpo de bombeiros. A Defesa Civil do município não tem sede fixa, sem local para trabalhar, há apenas 1 funcionário concursado e os demais são comissionados.

Mais de 40% da população precisa da tarifa social de luz e água, entretanto, o acesso a essas tarifas está muito longe do ideal.

Impacto dos Eventos Climáticos

Quando o rio Sarandi ou, também denominado rio Poços, transborda, a “lagoa” (próxima à empresa Rica) também transborda e inunda a região, levando resíduos do rio para o quintal de moradores, que ficam alagados por semanas ou meses, com água parada, o que favorece a proliferação de larvas de mosquito transmissores de doenças, mata peixes por falta de oxigênio e apodrece as raízes das plantas, hortaliças e árvores frutíferas.



Figura 15 - Peixes mortos encontrados no quintal alagado (foto: Marcelo Mayernyik)

Esse alagamento destrói as plantações, compromete a subsistência de famílias e impactam na economia local.

Os/As moradores/as relataram que a empresa Águas do Rio suspendeu o fornecimento de água em vários pontos da cidade, devido às chuvas recentes, neste ponto, a DPERJ ficou de verificar se há plano de contingência para suprir esse fornecimento.

Serviços de Apoio

Com as enchentes o governo municipal providenciou pontos de apoio à população desabrigada e/ou impactada, onde há distribuição, fundamentalmente, de cestas básicas e roupas, entretanto, não há fogão ou local para que essas pessoas possam cozinhar ou armazenar os alimentos.

Recentemente foi publicado o “Projeto Aluguel Social” no município, que paga diretamente o aluguel ao locador, contudo, como no município parte das residências não tem RGI, esse projeto pode não avançar.

Houve promessa de fornecimento do “Cartão Recomeçar”, para as famílias impactadas pela chuva, mas não foi cumprido. A Defensoria Pública informa que o fluxo para a garantia do Cartão Recomeçar, se inicia com o cadastro do município, na sequência o Governo Estadual analisa o pleito, por conseguinte, é designado um benefício por família. Devido aos desafios enfrentados pelo programa SuperaRJ, os gestores criaram filtros para liberar o Cartão Recomeçar, uma das mudanças é que o cartão agora vem nominal, o que impossibilita a transferência para terceiros.

Visita a Vila Carmelita (pequeno trecho no Bairro Engenheiro Pedreira)

A Vila Carmelita, pequeno trecho no Bairro Engenheiro Pedreira, possui áreas de deslizamento que, nas chuvas do final de janeiro de 2024, destruiu casas, ocasionou óbitos e impossibilitou a permanência de inúmeras famílias.



Figura 16 - Encosta que deslizou na última chuva, destruindo uma casa e ocasionando o óbito de uma criança, na área Carmelita, do Bairro Engenheiro Pedreira (foto: Marcelo Mayernyik)

Além dos “barrancos” que margeiam a localidade, por toda a extensão da Vila Carmelita passa um córrego raso e sem estrutura, que transborda frequentemente com as chuvas.

Apesar do deslizamento e de algumas residências terem sido notificadas como áreas de risco eminente, não há um plano claro para abrigar essas famílias, assim como, há muita desinformação sobre os serviços de apoio, deste modo, muitas famílias continuam em residências “condenadas” pela Defesa Civil, sem saber a qual serviço poderá recorrer.

Visita ao Jardim Amaralina (área localizada na região de Japeri Estação)

No Jardim Amaralina, área localizada na região de Japeri Estação, também é frequente a ocorrência de alagamentos e deslizamentos de terra (um dos casos fotografados ocasionou o fechamento de uma rua).



Figura 17 - Fechamento de uma rua, após deslizamento de barranco, no Jardim Amarelina, em Japeri Estação (foto: Marcelo Mayernyik)

A grande maioria das pessoas desta localidade utilizam água de poço e valas de esgoto. Deste modo, não há fornecimento de água por concessionária, entretanto, a empresa Águas do Rio instalou hidrômetros em diversas residências e, mesmo sem o fornecimento de água, há cobrança indevida da taxa mínima de fornecimento, no valor aproximado de R\$ 40,00 (cobrança vinculada ao CPF ou endereço do morador).

Reunião com a Subsecretaria de Concessões

Considerando as informações e reclamações relacionadas aos serviços de saneamento nas regiões visitadas, a equipe reuniu-se com a Subsecretaria de Concessões do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação ao contrato de concessão do serviço de saneamento, afirmou que “Em 2022 leiloaram 4 blocos com sucesso para a concessão do serviço de distribuição de água. O contrato inclui a meta de universalizar acesso e tratamento de esgoto até 2033”. De acordo com o subsecretário, o Estado do Rio “foi pioneiro na pauta do saneamento básico” e ganhou prêmio em razão da “melhor estruturação do projeto”. Segundo ele, com a concessão, a CEDAE “deixou de prestar o serviço de atendimento ao usuário final, ela vende água no atacado para as 4 empresas”.

Afirmou que mais da metade dos 92 municípios do Rio está abarcada na “*modelagem de concessões*”. Perguntado sobre a situação em Japeri – em que não há

saneamento em todo o município, afirmou que “é uma realidade do Brasi, e que 400 mil pessoas tiveram água pela primeira vez” – ainda que não em Japeri.

Perguntado se a concessão viabilizará a garantia de água para todo mundo, afirmou que “A universalização virá em 2033. Temos um site: Pacto RJ, ali diz quanto e onde já foi investido. Será investido durante o período contratual 26 bilhões.” Entretanto, o contrato não obriga investir em infraestrutura em áreas de favela. Ainda em relação ao escopo do contrato de concessão, afirmou que ele abarca apenas áreas urbanas, não para áreas rurais, que são de responsabilidade dos municípios. Nesse sentido, a universalização é para os 46 municípios, para a área urbana. Além disso, afirmou que “Não tem como levar o saneamento se o município não garante as obras básicas, tipo fluviais”. Sobre a governança sobre o valor de outorga (R\$ 24 bilhões,) afirmou que R\$ 15 bilhões cabem ao governo do estado, o restante vai para os municípios.

O representante da FASE que participou da reunião perguntou, em relação aos contratos, como trabalhar a universalização se os contratos não obrigam investir infraestrutura de saneamento em áreas irregulares, favelas? Essas pessoas estão sendo hidrometradas mas sem perspectiva da melhora do serviço. Nesse sentido, questionou se a concessão foi exitosa para quem, para os investidores ou para população. E salientou que não houve participação social na definição da modelagem. A situação levou ao limite de a população sentir falta da CEDAE. Em resposta, o subsecretário afirmou que “é um processo que está no início. Há um “gap” de cadastramento, tarifa social. Mas se ela recebe uma conta indevida, ela tem os canais de comunicação para reclamar, pode procurar a agência reguladora. Há uma série de ajustes necessários para que a população comece a sentir melhora. A população tem os meios de se proteger.” Foi, então, relatada a situação ouvida nas visitas de pessoas inscritas no SERASA porque não conseguiram o contato com o canal de reclamação. Em resposta, o subsecretário afirmou que “hoje tem muito na internet, no whatsapp”. O subsecretário afirmou que *“a realidade é dura como é, é cruel. Há essas famílias carentes, completamente afastadas. É uma questão que o estado não pode estar em todos os lugares. Teria que perguntar pro município, tem a competência estadual e a competência municipal”*. “As metas são progressivas, e não tem nem 1 ano de contrato.”

A representante do Comitê de Monitoramento da Concessão dos Serviços de Água e Saneamento afirmou que o debate sobre a modelagem foi extremamente pró-forma, que não havia direito de fala e contraditório, que as mesas da audiência pública só tinham os interessados da empresa. Além disso, afirmou que não é dada nenhuma estrutura para o comitê de monitoramento. Da mesma forma, o Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos demandou maior participação no comitê de monitoramento.

Em relação ao tema das mudanças climáticas e como ele impacta o planejamento do saneamento básico, o Subsecretário não respondeu.

Frente Parlamentar por Justiça Climática

A equipe da missão participou de um encontro com a Frente Parlamentar por Justiça Climática realizado no Auditório da Escola da ALERJ, com a participação, entre outros, de representantes da Casa Fluminense, da FASE, do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS, do Mandato Flávio Serafini, do Mandato Marina do MST, do Mandato Dani Monteiro e do Mandato Chico Alencar.

Inicialmente, o Deputado Estadual Flavio Serafini apresentou uma análise das políticas estaduais para clima. Estão elaborando o Monitor de Políticas para o Clima (Anexo 5), um levantamento legislação federal/estadual e de políticas públicas relacionadas ao clima. Além disso, o Monitor será um instrumento de pressão para realização do inventário de emissão de gases (já está na hora de fazer outro e não fizeram nem o primeiro) e para pressionar e fiscalizar a execução orçamentária/implementação de políticas públicas relacionadas ao tema.

A Lei Estadual n. 5690/2010, que cria a Política Estadual do Clima, prevê 10 instrumentos em diferentes graus de implementação:

- 1) O Plano Estadual sobre mudança do Clima: não existe, existe só um “plano” de adaptação que é um relatório, não tem obrigações específicas nem orçamento. Há uma campanha para pressionar a elaboração de um Plano chamada “Rio de Janeiro não é a Disney”¹⁵ de organizações da sociedade civil;
- 2) Fórum Rio de Mudanças Climáticas: não existe na prática, não tem transparência. Não há decreto com a composição do fórum.
- 3) Cadastro Estadual de Emissões: primeiro ano de dados foi 2022 (gee.inea.rj.gov.br);
- 4) Cadastro Estadual de Sumidouros: há menção de que existe, mas não foi encontrado;
- 5) Estimativas Anuais de Emissões de GEE e Inventário Estadual de Emissões de GEE: deveriam ser feitos a cada 5 anos, o último é de 2015. {Há uma proposta de conseguir vincular a exigência de planos de descarbonização à obtenção de subsídios. Governo e Firjan aceitaram a proposta.};
- 6) Sistema Estadual de Informações sobre mudança do clima: não há evidências da existência;
- 7) Zoneamento Econômico Ecológico do RJ: precisa de revisão;
- 8) Inventário Florestal Estadual: existe
- 9) Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano: o governo não gasta a integralidade dos recursos;

¹⁵ <https://www.rjnaoedisney.meurio.org.br/>

10) Licenciamento Ambiental: o sistema de licenciamento prevê a exigência de inventários, mas não tem sido cobrado. Ex. balsas termelétricas flutuantes.

Além disso, o deputado destacou que não existe um programa de justiça climática no orçamento, tem que olhar para outros programas (ver Anexo 5).

Em seguida, uma representante da Casa Fluminense apresentou dados relacionados a sete planos em 22 municípios da região metropolitana do Rio. Os dados estão no site Painel Climático¹⁶: Plano de saneamento; Plano de habitação de interesse social; Plano de contingência de proteção e defesa civil; Plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; Plano diretor; Plano de gestão de resíduos sólidos e Plano de mobilidade. Os resultados apresentados foram:

- Plano de Mitigação e Adaptação: dos 22, só a capital possui plano;
- Plano de contingência de proteção e defesa civil: 13 não tem;
- Plano Diretor: 11 não tem;
- Plano de Saneamento: 4 não tem: Japeri, Paracambi, Queimados (cidade preta, com quilombos, indígenas, das mais violentas do Brasil), Seropédica;
- Plano de Resíduos: 12 não tem;
- Plano de Mobilidade: em 14 não há plano;
- Plano de Habitação: 2 não tem, mas 239 mil pessoas estão em moradia precária e 70% das mulheres são negras¹⁷.

A representante da Casa Fluminense salientou que precisamos de uma Secretaria Estadual de Emergência Climática, e que embora já se tenha uma Secretaria do Meio Ambiente, é importante o Rio dar esse passo, em especial por causa do número de mortos por enchentes, de forma a garantir transparência, comunicação dos dados, elaboração dos planos de forma participativa, monitoramento da efetivação dos planos.

Após as apresentações, no debate foi destacado que no caso do inventário de emissão de gases, é como se não existisse a balsa termelétrica que afeta toda a baía. Trata-se de tragédia-desastre que de natural não tem nada - crime.

Uma representante do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS destacou que a intensidade e frequência dos desastres tem aumentado assustadoramente, e que não está dando mais tempo de se recompor. A população não está sendo ouvida, e há o agravante de que no pós-desastre há um forte processo de militarização. Nesse sentido, é fundamental a construção de planos populares de emergência climática a partir de escuta e propostas locais.

¹⁶ <https://casafluminense.org.br/painelclimatico/>

¹⁷ <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>

Uma representante do Coletivo Criação destacou o absurdo de que em 2024 se tenha casos de subnutrição na cidade do Rio de Janeiro, referindo-se a uma situação do bairro Parque Columbia, e que falta dados sobre a região. Sobre os efeitos das enchentes, afirmou que “falaram em colocar aviso de sirene, mas a galera está colocando móveis de concreto, portas de metal” como forma de se adaptar às mudanças climáticas.

A defensora pública que atua no Parque Columbia informou que a DPE pediu a realocação dos moradores para perto, mas o Poder Público desistiu de realocar e o Judiciário confirmou. Afirmou que os planos de contingência estão desatualizados (ex. Acari, onde os pontos de apoio alagam). Não existe Política Estadual de Moradia e Habitação. Em Caxias, em Acari, por exemplo, os galpões recém-construídos colaboram para o alagamento, geram desequilíbrio ambiental. O poder público criminaliza os moradores, mas não fala das obras e estruturas que impermeabilizam o solo.

O representante da FASE destacou que em razão das mudanças climáticas, o sistema de saneamento fica impactado tanto na seca quanto na chuva. Além disso, reforçou a importância de olhar para o rural. No caso das áreas rurais, programas como o recomeçar não são adequados porque não abarcam, por exemplo, o financiamento para recomeçar a plantar.

Uma participante destacou o “gatilho” que sente quando se fala de enchente. “Me faz entrar numa tristeza profunda. Sou oriunda da baixada fluminense, Nova Iguaçu. Em janeiro tem enchente, tem que se organizar. Acho que vou fazer um guarda-roupa de concreto também. No dia 15 de janeiro teve a enchente o povo perdeu tudo, Poder Público foi. Mas em fevereiro teve mais. E falta água até para limpar a lama. Por enquanto a zona sul não enche, mas logo vai encher. Não é só a casa do pobre que está enchendo, a da classe média também, é um problema que já passou do crônico.”

Outra moradora do mesmo bairro em Nova Iguaçu afirmou que as enchentes têm aumentado de uma forma brusca, e que a “prefeitura foi, abriu buracos no asfalto pra arrumar a rede mas nunca voltou. Encheu tudo. A prefeitura abandonou o bairro, estão com doença, micose, por causa da lama. A água está derrubando casas. Interditam e não dizem pra onde ir. Vivência de gatilhos, nos que moramos nos andares mais altos acolhemos vizinhos. Desmataram e ninguém fiscalizou, daí choveu, desceu toda a lama e afetou todo mundo”

O Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, morador de Jacarepaguá, falou sobre a militarização da defesa civil e a milicialização da sociedade fluminense, sobre a importância de participar dos espaços coletivos de decisão e construção de políticas públicas.

Uma representante do Movimento dos Atingidos por Barragens destacou que é preciso caracterizar tragédias como crime não acidente; é preciso a caracterização dos

atingidos (ex. que existe no meio rural e urbano, as perdas do ambiente rural não estão englobadas nas políticas, que focam no urbano).

Foi destacado que o Rio de Janeiro tem muitos planos, mas não tem nenhuma integração, coordenação, entre as Secretarias Municipais e Estaduais, e que consórcios talvez sejam um caminho importante para estruturar esse diálogo entre secretarias. Foi destacado também a importância da parceria com a universidade e o investimento em tecnologias mais eficientes.

Roda de conversa sobre a Política Estadual Clima

A equipe da Missão realizou uma roda de conversa sobre a Política Estadual do Clima¹⁸ com acadêmicos e representantes de entidades envolvidas com o tema.

Um dos pontos abordados foi o de que para além das políticas emergenciais pós-desastre, é preciso avançar nas políticas de adaptação. Nesse sentido, a revisão do Plano Nacional de Adaptação ao Clima, por exemplo, está sendo feito de maneira muito fechada, sendo fundamental abrir para participação social.

Themis Aragão (Observatório das Metrópolis e LEAU/UFRJ) falou sobre as áreas de sacrifício na região metropolitana, e sobre a necessidade de se pensar as mudanças climáticas no ambiente urbano, destacando a importância da terra em área urbana. “Terrenos importantíssimos que poderiam ser transformados em polder. Qual a função desses terrenos públicos? Poderiam exercer uma importante função ecológica”. Nahyda Franca (Forum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental), no mesmo sentido, afirmou que os desafios, em especial do Rio e de São Paulo, é de pensar políticas climáticas nesses contextos urbanos muito complexos.

Os presentes destacaram a importância dos mecanismos de participação popular de maneira deliberativa e parceria com a universidade para desenvolver as tecnologias sociais já em uso no território, já que as soluções precisam ser construídas com quem está na ponta. Paola Lima, da Casa Fluminense falou sobre a importância das tecnologias criadas pela própria população para lidar com os efeitos das mudanças climática diante da ausência do poder público. Destacou que é preciso apoio financeiro, investimento para financiar essas tecnologias populares para lidar com os efeitos do clima.

¹⁸ Conversa com: Aercio Barbosa de Oliveira (FASE-RJ), Nahyda Franca (Forum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental), Guilherme Pimentel (advogado popular), Antonio Carlos da Silva Oscar Júnior (UERJ/IGEOG), Virginia Berriel (Conselheira do CNDH), Laura Rougemont (Forum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental), Paola Lima (Casa Fluminense), Eduardo Chow (DPE-RJ), Fabiana Silva (Ouvidoria DPE-RJ), Themis Amorim Aragão (LEAU/UFRJ e Observatório das Metrópolis).

Segundo ela, o Fundo do Banco do Brasil e outros fundos federais poderiam ser direcionados pra financiar essas tecnologias populares.

O grupo tratou ainda da importância de articulação das políticas setoriais. Segundo Themis Aragão, “na cabeça do setor público, as soluções são sempre pensadas setorialmente. Mas as ações para lidar com mudanças climáticas são multifuncionais, como por exemplo o transporte, a drenagem, a habitação, a despoluição de água. No caso da eletrificação, enterrar fio, por ex., sem política de arborização, não faz sentido. O nó no urbano é a articulação dessas questões”. Outro exemplo é a drenagem: em área já consolidada, usar cimento e manilha faz sentido, mas numa área ainda em suas condições naturais não, porque não leva em conta as possibilidades do território.

Outro ponto levantado foi o processo de licenciamento ambiental no contexto urbano: a questão climática não é só contabilizar carbono, é preciso pensar o licenciamento a partir da política climática como um todo.

O Defensor Público Eduardo Chow tratou do direito humano a água e ao mínimo vital à água. Salientou que durante pandemia, conseguiram desenvolver tecnologia para mapear onde estava faltando água, e garantir o acesso mesmo pra quem não podia pagar, como por exemplo para moradores de rua, por meio de caminhões pipa e reservatórios de água. No Brasil a água é tratada como mercadoria, e a DPE ingressou com uma Ação Civil Pública para que seja declarado que água é um direito humano, e que tenha garantido o mínimo vital de água¹⁹ (diferente da tarifa social, porque o miserável não pode pagar a tarifa social). Historicamente, o direito que os pobres têm é o da remoção e nenhum mais. O grupo tratou da necessidade de criação de uma Lei que trate da isenção social para garantir o mínimo vital.

Além disso, ao debater o processo de concessão da CDAE, trataram da participação do BNDES em empresas que ganharam a concessão; e que “o lucro da privatização não pode significar a morte de pessoas”. Trataram da importância de um regramento federal do mínimo do percentual garantido de tarifa social.

Laura Rougemont (Forum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental) pontuou a questão da poluição do ar. Os poluentes que vem da Ternium Brasil (responsável pelo episódio da “chuva de prata”²⁰) são responsáveis por mais de 50% das emissões de gases do efeito estufa do RJ²¹. As emissões de gases de efeito estufa provenientes do Distrito Industrial de Santa Cruz, onde fica localizada a Ternium Brasil e uma série de outras indústrias - como a Gerdau, Messer, Furnas - não são contabilizadas pelo município. Isto se

¹⁹ <http://bit.ly/rjsemagua2020>; <http://bit.ly/OuvidoriaEscutaFavelas2020>

²⁰ <https://diplomatie.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>

²¹ https://diplomatie.org.br/renovacao-da-licenca-da-ternium-exclui-a-populacao-e-ignora-violacoes-ambientais/#_ftn1

deu em função da Lei Municipal n. 5.248 de 27 de janeiro de 2011, quando o prefeito, à época, Eduardo Paes, sancionou a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável. No art. 6º desta lei, determinou-se redução das emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE para os anos 2012, 2016 e 2020. Mas no 3º parágrafo deste mesmo artigo ficam excluídas as emissões de GEE por parte das empresas integrantes do Complexo Siderúrgico da Zona Oeste, as quais seriam contabilizadas separadamente para o alcance das metas. Isso, além de invisibilizar as emissões do Distrito, exclui do mapa os moradores de Santa Cruz, como se não fossem os diretamente atingidos pela poluição aérea da Ternium Brasil. O Instituto Pacs, com o auxílio de parceiros, realiza o acompanhamento de ações judiciais que visam a responsabilização da Ternium Brasil (apenas, não de outras indústrias).

Ainda hoje Santa Cruz sofre com a poeira preta, e há inúmeros casos registrados de doenças crônicas de respiração. Como pensar nos diretamente atingidos pela poluição de ar? O Coletivo Martha Trindade (CMT), já fez uma rodada de monitoramento e está, em 2024, realizando uma segunda rodada de monitoramento. É necessário fortalecer as tecnologias sociais de monitoramento e enfrentamento.

Aécio Oliveira (FASE-Rio, Forum de Mudanças Climáticas e Justiça Ambiental - FMCJS, Observatório Nacional de Direito à água e saneamento, Conselho Nacional das Cidades) destacou a importância de discutirmos e incidirmos na questão orçamentária e econômica da União, Estado e Município, que devem priorizar investimentos em políticas de mitigação e sobretudo de adaptação (moradia, estrutura de drenagem, contenção de encosta, criação de cinturões verdes, etc.). É preciso fiscalização dos recursos, tendo em vista que muitas vezes não se sabe nem quanto foi repassado de um ente ao outro com essa finalidade. Além disso, ressaltou a importância do estabelecimento de políticas de reparação para além do Cartão Recomeçar. Tratou ainda da necessidade de transparência do uso dos recursos e da tomada de decisão, que deveria contar com a participação da sociedade civil. O grupo tratou da questão da flexibilização da forma de gastos diante da emergência, e que a ausência/dificuldade de controle produz recursos para alguns beneficiários.

Antonio Oscar Junior (UERJ/IGEOG), ao tratar da política climática do RJ, afirmou que há planos, mas faltam instrumentos, e não há um espraiamento da política climática para o interior do estado. Os Planos de monitoramento de mitigação de emissões são antigos e tem exceções insustentáveis como a de Santa Cruz. No caso da Refinaria Duque de Caxias, por exemplo, trata-se de uma área de sacrifício, e a empresa se nega a conversar sobre a poluição. Dizem que o que sai da chaminé é vapor de água. Lá tem violação de monitoramento, os dados que são repassados para o INEIA são maquiados. O exemplo mostra que a estrutura de monitoramento precisa ser revista.

Considerações sobre a missão

Trata-se da terceira missão do CNDH (depois de Manaus-AM e Nova Santa Rite e Eldorado do Sul-RS) para conhecer e escutar sobre os efeitos das mudanças climáticas nos territórios, e de que forma colaboram para violar direitos humanos. A visita às diferentes comunidades e a conversa com moradores/as, lideranças, servidores/as públicos/as, atores do legislativo, de organizações e movimentos sociais, nos deixam lições sobre a complexidade do desafio posto: é preciso, com urgência – o que significa planejamento e ações de curto, médio e longo prazo – que os diferentes atores sociais, em especial gestores públicos, apropriem-se da pauta climática, na medida em que ela agrava as dificuldades em se lidar com desafios estruturais e antigos nos territórios. Ou seja, se a universalização do acesso ao saneamento básico no Brasil, e no caso no Rio de Janeiro, se configura como um sonho distante em regiões de São Gonçalo e Japeri, é fundamental articular esforços para mudar essa realidade, porque, com as mudanças climáticas, os efeitos que decorrem da ausência de saneamento se agravam e colocam em risco a vida de um número cada vez maior de pessoas.

Assim, as mudanças climáticas configuram um fator de agravamento das desigualdades socioambientais, e precisam ser levadas em conta em todas as áreas de planejamento de políticas públicas, sob risco de que o planejamento diga respeito a um mundo que não existe mais. Nesse sentido, conforme Relatório da ANA de 2010 “Os efeitos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos: desafios para a gestão”:

“além do impacto provocado por uma possível modificação do clima, os recursos hídricos se veem afetados por outros fatores de pressão, tais como o aumento da demanda urbana, agrícola e hidrelétrica, a intensificação de certos processos de deterioração da qualidade da água e o incremento da intervenção humana. No caso das inundações, sejam urbanas ou ribeirinhas, o impacto da modificação do uso do solo e a ocupação de áreas de inundação natural dos rios não têm tido sua parcela de responsabilidade considerada em relação a outros fatores. Desastres como deslizamentos e erosões, também estão fortemente ligados à degradação de áreas frágeis pela ação antrópica. Soma-se a essas questões, o fato de que a população global aumentou exponencialmente e concentrou-se em centros urbanos, o que torna a sociedade mais vulnerável. Ou seja, fenômenos de mesma intensidade, hoje fazem mais vítimas do que no passado.” (ANA, 2010, p. 13)

A partir das escutas e do estudo dos documentos compartilhados, reafirmamos a certeza de que o enfrentamento para desafios de tamanha magnitude passa necessariamente pela participação ativa das pessoas. Conversamos e aprendemos com

lideranças que estão cientes dessa relação perversa entre as mudanças climáticas e a violação dos direitos humanos, que sabem que somente dos territórios e a partir das lições dos que enfrentam com seus corpos a intensidade dos eventos climáticos extremos, é possível pensar em políticas climáticas. Nesse sentido, retomamos aqui as reivindicações expostas na Carta-Manifesto às comunidades e à Prefeitura da cidade do Rio De Janeiro: 3 de março 2023 – Greve Global pelo Clima no Jacarezinho e Manguinhos intitulada “Os Desastres Climáticos no Rio de Janeiro têm CEP e têm cor”²², e que coincidem com o que ouvimos ao longo dos dias da missão. Na carta, reivindicam:

1. *Dar efetividade à “Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, que dispõe sobre o estabelecimento de metas de redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o Município do RJ” (2011) e à “Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro” (PCRJ, 2016);*
2. *Implementar, imediatamente, o Fórum Carioca e o Fundo Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, incluindo as medidas de adaptação no RJ;*
3. *Respostas sobre o que foi feito a partir dos estudos e levantamentos contidos no Relatório da CPI das Enchentes, sob presidência do vereador Tarcísio Motta, na época governo Crivella, em 2019, que fez um raio-X das improvidências dos governos e dos impactos sobre a população, com mais de 100 recomendações;*
4. *As emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) provenientes da Ternium e demais empresas integrantes do Complexo Siderúrgico da Zona Oeste devem ser contabilizadas em conjunto com as demais emissões de GEE do Município. É vexatório que isso ainda não ocorra!*
5. *Apoiar e dar respostas às comunidades na elaboração de um Plano de Vigilância Popular e de Contingência das Favelas diante de eventos climáticos extremos;*
6. *Ações concretas de saneamento ambiental, de dragagem dos rios e canais, de proteção de encostas, em defesa da urbanização, moradia digna e segura, pelo reflorestamento e arborização urbana, transporte e mobilidade urbana e melhoria das condições de vida de nosso povo.*

A ausência de políticas efetivas de adaptação às mudanças climáticas no Rio de Janeiro é um grave problema que resulta na violação sistemática dos direitos humanos das populações locais. Entendemos, a partir do processo de escuta, que a Lei que estabeleceu

²² <https://informe.ensp.fiocruz.br/assets/anexos/a972b5760c5da3b887fa070e8efc0e4c.PDF>

a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima como um excelente ponto de partida, mas é crucial instrumentalizá-lo de maneira eficaz. Isso implica garantir orçamento adequado, organizando consultas públicas para envolver a comunidade no processo decisório.

Além disso, os órgãos de controle e fiscalização teriam um papel fundamental a desempenhar, em especial quando da adoção de medidas, pelo poder público, justificadas com “urgência” e “emergência”. Como fartamente reiterado ao longo dos relatórios, as tragédias vividas durante o último período de chuvas no Rio de Janeiro não são inesperadas. Medidas de adaptação, inclusive políticas pós-desastres, precisam garantir participação social e transparência pública.

Um planejamento estrutural abrangente deve abordar as mudanças climáticas por meio de uma governança multissetorial. Nesse sentido, destaca-se a importância da implementação do Fórum Rio de Mudanças Climáticas, com a designação de representações dos movimentos e organizações sociais, fortalecendo a participação da sociedade civil no desenvolvimento e monitoramento de políticas climáticas mais inclusivas e eficazes.

Em relação ao saneamento básico, causou-nos preocupação perceber a ausência de integração entre o debate sobre o planejamento do saneamento, a partir do contrato de concessão, e o tema das mudanças climáticas. Não ouvimos dos gestores com quem conversamos uma estratégia para incluir nos planejamentos de operação e investimento a questão das mudanças climáticas e dos eventos climáticos extremos. Ao que parece, a modelagem da concessão deixou de fora as mudanças climáticas das estratégias de negócio.

As organizações sociais envolvidas com o debate destacaram que a concessão dos serviços de saneamento, da forma como realizada, tende a promover a restrição de acesso às populações mais pobres²³. A visão de que a água seja uma mercadoria, uma “commodity” comercializável (e, portanto, sujeita à lógica de precificação e consumo), é ainda mais grave num contexto de mudanças climáticas e ondas de calor extremo cada vez mais frequentes. Nesse sentido, ressaltamos a importância do debate no Congresso Nacional da ampliação dos parâmetros de acesso à tarifa social da água. Além disso, destacamos a enorme relevância do debate capitaneado pela DPE-RJ, em parceria com organizações sociais, pela garantia do volume mínimo vital de água, que objetiva garantir o acesso gratuito a um volume mínimo mensal de água para famílias que não possuem condições de pagar pelos serviços de abastecimento de água²⁴.

²³ <https://www.canva.com/design/DAEwd9QCpkc/ZXBqS20nZUxGK2legWHlvA/view>

²⁴ <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2024/01/CARTILHA-AGUA-FASE-RJ.pdf>

Recomendações

Como resultado da Missão, recomenda-se:

8.1 Ao Governo Federal:

- 8.1.1 Que os investimentos em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC III) destinados às áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos no Rio de Janeiro, garantida a ampla participação dos/as atingidos/as, desde a fase de definição dos investimentos até a fiscalização da aplicação dos recursos;
- 8.1.2 Que a revisão do Plano Nacional de Adaptação ao Clima, garanta a ampla participação social, com etapas de consultas públicas direcionadas aos territórios mais vulneráveis às mudanças climáticas;
- 8.1.3 Que a Política de Adaptação às Mudanças Climáticas reflita as diferentes realidades do território brasileiro, com vistas a enfrentar o racismo climático e as desigualdades socioeconômicas;
- 8.1.4 Que seja implementada política pública que garanta o efetivo acesso a um mínimo vital de água para toda população brasileira, implementando instrumentos como tarifa social e isenção social da tarifa de água à população vulnerável.

8.2 Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

- 8.2.1 Que a participação do BNDES em concessionárias de saneamento esteja vinculada à garantia da tarifa social e ao planejamento do saneamento que leve em conta os efeitos das mudanças climáticas;
- 8.2.2 Que sejam construídas linhas de crédito especiais para o financiamento de tecnologias sociais de adaptação às mudanças climáticas desenvolvidas nos territórios atingidos.

8.3 Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro

- 8.3.1 Que seja feita a revisão das obrigações das concessionárias de saneamento, de forma a ampliar os parâmetros de acesso à tarifa social da água e incorporando também a isenção social da tarifa, considerando

a água como um direito humano fundamental e não como uma mercadoria;

8.3.2 Que sejam integradas as estratégias de planejamento do saneamento básico com o tema das mudanças climáticas, assegurando que as concessões considerem essas variáveis nos planejamentos de operação e investimento;

8.3.3 Que seja implementado a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima (Lei Estadual n. 5690/2010), com a efetivação de seus instrumentos, em especial:

8.3.3.1 Que seja atualizado o Inventário de Emissões de GEE;

8.3.3.2 Que seja criado o Plano Estadual sobre Mudança do Clima;

8.3.3.3 Que seja efetivamente implementado o Fórum Rio de Mudança do Clima, incluindo representações dos movimentos e organizações sociais para fortalecer a participação da sociedade civil no desenvolvimento e monitoramento de políticas climáticas;

8.3.3.4 Que seja garantido orçamento adequado e organização de consultas públicas para envolver a comunidade no processo decisório envolvendo a atualização do Plano Estadual sobre Mudança do Clima;

8.3.3.5 Que sejam incorporadas políticas de financiamento de tecnologias sociais de enfrentamento às mudanças climáticas;

8.3.3.6 Que o Plano Estadual a ser elaborado reflita as diferentes realidades do território fluminense, com vistas a enfrentar o racismo climático;

8.4 Que o governo estadual, para além de exigir dos empreendimentos emissores de GEE a produção de inventários e de planos de mitigação, torne tais documentos públicos e facilmente acessíveis para fins de controle social de tais informações;

8.5 Que seja estabelecido um regime de obrigações climáticas aos empreendimentos potencialmente poluidores que ele esteja necessariamente articulado com as metas de emissões para o Estado;

8.6 Que o governo estadual atue para que a Ternium Brasil seja responsabilizada pelos impactos ocasionados pela chuva de prata e pelas emissões de materiais particulados em Santa Cruz;

8.7 Que o governo estadual atue para que os moradores diretamente e constantemente atingidos pelos episódios de chuva de prata e pelas emissões

de GEE por parte da Ternium Brasil sejam reconhecidos e reparados pelos impactos na sua saúde e nas perdas de seus plantios e hortas caseiras;

8.8 Que o governo estadual atue para que os moradores diretamente atingidos pelas enchentes provocadas em decorrência das obras realizadas pela Ternium Brasil no canal do São Fernando, em Santa Cruz, sejam reconhecidos e reparados pelos impactos provocados em suas residências e pela perda de seus bens.

8.9 Aos governos municipais:

8.9.1 De Japeri, de Petrópolis, do Rio de Janeiro e de São Gonçalo:

8.9.1.1 Que sejam fiscalizados, com participação das comunidades atingidas, os recursos dos programas de assistência em caso de emergência;

8.9.1.2 Que as políticas de enfrentamento às mudanças climáticas sejam realizadas em articulação com as políticas setoriais;

8.9.2 De Japeri:

8.9.2.1 Que seja realizado o investimento em obras para a garantia do saneamento básico do Município;

8.9.2.2 Que seja estruturada a Defesa Civil do município com a destinação de orçamento adequado.

8.9.3 De Petrópolis:

8.9.3.1 Que seja criada a Secretaria Municipal de Habitação com políticas públicas focadas no planejamento territorial e garantia do direito à moradia segura;

8.9.3.2 Que o governo municipal tome conhecimento dos relatórios produzidos pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em especial o "Relatório da visita da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do RJ a Petrópolis em 23/06/2022 e adote as providências necessárias";

8.9.4 Do Rio de Janeiro:

8.9.4.1 Que seja efetivada a "Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável" (2011) e a "Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro" (2016);

8.9.4.2 Que o art. 6º da Lei Municipal nº 5.248 de 27/01/2011, seja revogado, e que, por consequência, sejam contabilizados os

dados das emissões de GEE do Distrito Industrial de Santa Cruz como parte integrante das emissões do município do Rio de Janeiro;

8.9.4.3 Que sejam fortalecidos processos de monitoramento popular das emissões de GEE no entorno do Distrito Industrial de Santa Cruz, como forma de gerar dados e informações sobre os poluentes;

8.9.4.4 Que o governo municipal tome conhecimento do documento “Rio Acari uma história de agonia para milhares de pessoas” – relatório produzido pela comunidade de ACARI e entregue à missão do CNDH em 29/02/204” (Anexo 3), e adote as providências necessárias;

8.9.4.5 Que o governo municipal tome conhecimento do documento “RELATÓRIO DA COMISSÃO DE MORADORES/AS ATINGIDOS/AS PELAS ENCHENTES NO BAIRRO DE JARDIM AMÉRICA E ADJACÊNCIAS” (Anexo 4), e adote as providências necessárias;

8.9.5 De São Gonçalo:

8.9.5.1 Que seja realizado o investimento em obras para a garantia do saneamento básico do Município;

8.9.5.2 Que seja revisado o Plano Diretor do município, levando em conta em especial a alteração das áreas de enchente;

8.9.5.3 Que seja revisado o Plano de Prevenção contra as enchentes;

8.9.5.4 Que seja recomposto o orçamento anual destinado à Defesa Civil;

8.9.5.5 Que o governo municipal tome conhecimento do documento “Relatório “Panorama geral de enchentes em São Gonçalo”, produzido por Ressuscita São Gonçalo” (Anexo 1), e adote as providências necessárias.

Anexo 1

Relatório “Panorama geral de enchentes em São Gonçalo”, produzido por Ressuscita São Gonçalo

28/02/2024



RELATÓRIO PANORAMA GERAL DE ENCHENTES EM SÃO GONÇALO

Introdução

Eventos climáticos e/ou meteorológicos extremos têm aumentado sua recorrência e intensidade com o passar dos anos. Tempestades torrenciais, ondas de calor ou secas prolongadas têm sido agravadas pela emergência climática a qual estamos submetidos.

As drásticas variações de temperatura que desregulam a dinâmica climática afetam principalmente populações vulnerabilizadas, em áreas urbanas e rurais, pela falta de políticas públicas eficientes, oferta em estrutura e serviços básicos. Ribeirinhos, povos originários, comunidades tradicionais e moradores de favelas são algumas das populações mais atingidas, em recorrência e intensidade do evento, pelas mudanças climáticas.¹

Portanto, quando se avalia os efeitos da crise climática é necessário que sejam considerados fatores sociais como gênero, raça e classe². Em outras palavras, os impactos ambientais nas cidades são socialmente produzidos, com a distribuição de suas consequências se dando de forma desigual, o que gera em parte, a expressão da injustiça socioambiental e do racismo ambiental nas cidades.

São Gonçalo não é um caso à parte, mesmo sendo o segundo maior município do Estado do Rio de Janeiro em população. A cidade integra a região metropolitana e é classificada como periferia³, já que desfruta de menor poder econômico e político, o que acentua e reproduz o espaço desigual na dinâmica centro-periferia.⁴

Resultado do processo histórico de formação do espaço urbano e em contínua expansão, os loteamentos e parcelamentos responsáveis por receber grande parte da população pobre em São Gonçalo se localizam em áreas próximas a leitos de rios e encostas, desprovidas de infraestrutura e saneamento adequado, amplificando a conjuntura de risco e de impactos aos desastres ambientais urbanos⁵.

O que culmina no fato de que segundo o último Atlas Brasileiro de Desastres Naturais (2013)⁶, São Gonçalo é o segundo município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com mais registros oficiais de ocorrências de desastres, atrás somente de Petrópolis. Sendo os desastres identificados no município de São Gonçalo nas últimas décadas: movimentos de massa, enxurradas, alagamentos e inundações⁶.

No mês de fevereiro de 2023, novamente chuvas intensas ocorreram no município, com acúmulos de mais de 190 mm em algumas horas atingindo de maneira mais intensa certos pontos do município. Destaca-se o bairro do Engenho Pequeno como o que mais sofreu danos, com diversos pontos de deslizamento e quatro óbitos registrados no período (houve também outro óbito no Morro da Coruja).⁷ Em 2024 as chuvas mais intensas ocorreram em janeiro, causando alagamentos e enchentes em pelo menos 23 dos 92 bairros do município. Há relatos de que foram pelo menos 300 famílias em bairros como Santa Luzia, Apolo e Laranja, ou mesmo, de que obras inacabadas do estado provocaram a piora de enchentes no bairro do Luiz Caçador, que também sofreu severamente em 2024.⁸ O Complexo do Salgueiro novamente foi atingido

28/02/2024

PRODUZIDO POR: 

Maior número de desalojados do Estado

O Atlas Digital de Desastres no Brasil (2020)⁹ aponta duas variáveis que ilustram a problemática habitacional e seus principais danos às populações: o número de desalojados, quando é necessário sair da propriedade porém tem-se para onde ir; o de desabrigados, quando não há para onde ir e busca-se abrigo, e em danos financeiros. A Tabela 1 apresenta os cinco municípios mais afetados em número de desalojados no estado do Rio de Janeiro. Os municípios de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo pertencem a Região Serrana do Rio de Janeiro, onde predominam os vales escarpados e os mais marcantes eventos de movimentos de massa do Estado. Enquanto no município de Campos dos Goytacazes, inserido na Região Norte Fluminense, predominam as enxurradas, inundações e vendavais.

Dentre tais municípios do Rio de Janeiro presentes na tabela, São Gonçalo é o único da Região Metropolitana, e se destaca no contingente de habitações afetadas, contabilizando o expressivo número de 47.386 desalojados, 40mil casos a mais que o segundo município da lista, Teresópolis, Tabela 1. A significativa discrepância do número de desalojados em São Gonçalo indica a deficiência da infraestrutura presente no município, onde predominam os baixos padrões de construção das habitações, serviços de pavimentação, escoamento das águas e saneamento básico escassos.¹⁰

Tabela 1. Principais municípios fluminenses afetados em relação à desabrigados, desalojados e danos materiais, ocasionados por desastres ambientais de 1995 a 2019.

Município	Desalojados	Desabrigados	Danos Materiais Totais (R\$)
São Gonçalo	47.386	17.103	362.157,12
Teresópolis	7.086	12.573	15.838.185,39
Campos dos Goytacazes	6.773	23.451	1.268.538,68
Petrópolis	5.285	15.376	6.800.358,38
Nova Friburgo	4.338	5.383	34.256.695,50

Nota. Elaborado através dos dados disponibilizados no Atlas Digital de Desastres no Brasil de CEPED/UFSC, 2020

Impactos das reformas urbanas (MUVI+Limpa Rio)

Desde as décadas passadas, grandes obras urbanas prometem trazer crescimento para São Gonçalo e na verdade acabam prejudicando o meio ambiente local. O maior exemplo, talvez, seja a Rodovia BR-101, que corta todo o litoral da cidade, gerando uma espécie de dique, de barreira física nos rios que têm foz na Baía de Guanabara. Esse efeito, que piora em dias de maré

28/02/2024

PRODUZIDO POR: 

cheia, faz com que, em chuvas fortes, a água dos rios seja represada e provoque inundações em grande parte da cidade.

Recentemente, com verbas oriundas da concessão dos serviços da CEDAE, o número de obras de infraestrutura aumentou significativamente. Um exemplo significativo é o MUVI (Mobilidade Urbana Verde Integrada) que conta com verbas estaduais, consiste em um corredor viário com ciclovias, que possui 17 km e cortará grande parte de São Gonçalo. Durante as obras, muitas árvores estão sendo cortadas, sem que haja, no projeto de paisagismo, previsão de reposição dessa massa arbórea. Além disso, outros projetos como praças, rotatórias e canteiros estão sendo totalmente urbanizados, com poucas árvores plantadas e pouca área de drenagem (nenhuma, às vezes), o que dificulta o escoamento da água em chuvas.

Apesar de existirem projetos que prometem mitigar os efeitos das chuvas intensas no município, raramente obras necessárias são executadas de fato. Projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado para os principais rios são debatidos e apresentados, como por exemplo o projeto de recuperação do Rio Alcântara, que incluía dique para retenção de cheias, intervenções diferentes nas margens dependendo do trecho, formando ainda um parque linear urbano ao longo da margem do rio, foi desenvolvido no PEDUI (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado), em 2018.¹¹

Já em relação às inundações recorrentes, o Governo do Estado criou o programa 'Limpa Rio', executado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão ligado à Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). Esse programa foi retomado em 2019 e tem como objetivo promover ações de limpeza e desassoreamento de rios e canais. Em 2021, essa iniciativa chegou em São Gonçalo e já realizou esses serviços nos rios Brandoas, Marimbondo e Imboçu, Alcântara e outros. Entretanto, ações conjuntas são necessárias para que haja resultados expressivos na diminuição das enchentes.

Visão Crítica do Plano Diretor

Sobre as políticas públicas e de planejamento territorial em São Gonçalo, observa-se que desde a elaboração do primeiro Plano Diretor, em 1979, são grandes as deficiências nas aplicabilidades e construções de políticas públicas que promovam melhoramentos em infraestrutura e padrões urbanísticos.⁴

No Plano Diretor de 2009, não são mencionados mecanismos para a materialização da gestão das macrozonas nele especificadas. Além disso, a diretriz a respeito da criação e implementação de estruturas de controle e fiscalização ligadas à Defesa Civil que objetivam evitar a ocupação de áreas de risco é uma das estratégias que não apresentou efetividade no município.⁴ As baixas condições domiciliares e de acesso à cidade seguem presentes, dando continuidade à ocupação de lotes, seguindo a lógica de expansão da cidade e produção de um espaço urbano precário, de degradação ambiental e ausente melhoria na qualidade de vida da população⁵.

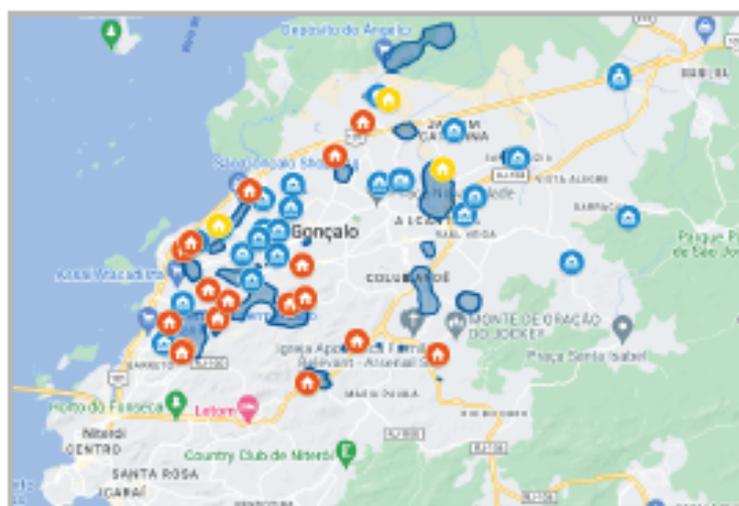
Existe um descompasso entre o avanço demográfico no município e os investimentos públicos em infraestrutura (Moussa 2022)¹², o que evidenciamos na Figura 1. A expansão dos loteamentos e ocupações de espaços devolutos se apresenta, ao longo da urbanização do

28/02/2024

PRODUZIDO POR: **SÃO GONÇALO**

município, ausentes de políticas públicas e planejamento. Essas ocupações ainda são de número expressivo de população pobre, desprovidas de infraestrutura e saneamento adequado, onde são intensificados os riscos de desastres ambientais.

Figura 1. Mapa Interativo que cruza as áreas inundáveis segundo o Plano Diretor x Bairros alagados nas chuvas de janeiro de 2024 x Pontos de apoio da defesa civil



Link:

<https://www.google.com/maps/@-22.898209767898184,-42.99562976706169&z=13>

Como mostrado na Figura 1, existe uma consequente defasagem entre os pontos de apoio da Defesa Civil e as áreas que sofrem com enchentes/alagamentos frequentes, como o caso da porção nordeste do município em detrimento da zona central. E sobretudo existe um grande descompasso entre o que é retratado no Plano Diretor e a realidade atual dos bairros. Tudo isso aponta tanto uma evidência de que as decisões dos gestores públicos é atender as áreas com maior visibilidade quanto que planos imprecisos impossibilitam a criação de políticas públicas que atendam de fato a população que sofre rotineiramente com desastres previstos.

Ou seja, no próximo debate sobre a revisão/implementação do Plano Diretor, há uma necessidade de atualização e inclusão das novas áreas suscetíveis a alagamentos que não estão retratadas. É fundamental a aprovação de um planejamento que priorize ações promotoras de melhorias nos padrões habitacionais, preservação ambiental, saneamento básico e infraestrutura, em benefício, principalmente, dos moradores inseridos em cenários de risco, ou seja, é urgente um Plano Diretor efetivo e um Plano de Adaptação às mudanças Climáticas uma vez que os eventos meteorológicos extremos serão cada vez mais frequentes.

Pesquisadores: Guido Assis, Jennifer Dias, Carlos Eduardo Ribeiro, Thaís Matos e Letícia Moussa

28/02/2024

PRODUZIDO POR: 

Fontes

1 Instituto Polls: <https://polls.org.br/estudos/racismo-ambiental/>

2 Greenpeace:

<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/quem-mais-sofre-as-consequencias-da-crise-do-clima-nas-cidades/>

3 Ribeiro, M. G. e Chetry, M. (2015). As categorias sócio-ocupacionais e a análise social do território. In: RIBEIRO, L. C. Q. (ed.) Rio de Janeiro: Transformações na Ordem Urbana. 148-159. Letra Capital.

4 Desastres Ambientais Urbanos na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Leticia Espíndola Moussa: <https://orcid.org/0000-0001-7119-2589>

5 Pinho, O. A. (2006). A vida em que vivemos: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. Estudos Feministas, 14(1), 169-198. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100010>

6 Atlas de Desastres no Brasil (CEPED/UFSC, 2013)

7 PLAMCON 23-24

8 Relatos dos Líderes da Cozinha Solidária (Cell Gomes e Layla Gomes) no bairro de Santa Luzia e adjacências, e Casa Comum (Pastor Júlio) que atendeu o bairro de Luiz Caçador

9 Atlas de Desastres no Brasil (CEPED/UFSC, 2020)

10 Guimarães, L. S. (2015). Periferia e Espaços Periféricos: Um estudo de caso do loteamento Jardim Catarina. Revista Pegada, 16(2). <https://doi.org/10.33026/peg.v16i2.3755>

11 PEDU:

https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Produto-18_Tomo-2-1.pdf

12 Moussa, L. E. (2022). A produção do espaço urbano e ocupação das áreas de risco ambiental no município de São Gonçalo. XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

Anexo 2

Ofício n. 9 2024 – Assunto: Orçamento de São Gonçalo para 2024 sobre enchentes, saneamento básico e defesa civil



LIDO
EM: ____/____/____

RESPONSÁVEL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO VEREADOR ROMÁRIO REGIS

Ofício Nº. 009/2024

São Gonçalo, 29 de fevereiro de 2024

A

Presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Srª. Marina Dermmam

Assunto: Orçamento de São Gonçalo para 2024 sobre enchentes, saneamento básico e defesa civil

Com os cumprimentos cordiais, vimos, por meio deste, apresentar o orçamento do Município de São Gonçalo para 2024 sobre prevenção a enchentes, alagamentos e investimentos em saneamento básico. As informações aqui constantes estão dispostas na Lei Orçamentária Anual – LOA. Infelizmente, constatamos redução em investimentos em saneamento básico e dragagem de rios, mesmo que no início de 2023 a cidade tenha enfrentado vários problemas com enchentes e inundações.

- Em 2023, a cidade investiu R\$600 mil em saneamento básico no âmbito da secretaria municipal de desenvolvimento urbano. Em 2024, esse valor é de R\$251 mil;
- Em 2023, a cidade investiu R\$750 mil para dragagem de rios no âmbito da secretaria municipal de desenvolvimento urbano. Em 2024, esse valor é de R\$462 mil;
- O investimento da secretaria municipal de conservação em saneamento básico em 2023 foi de R\$200 mil. Já em 2024, o valor é de R\$ 150 mil;
- No âmbito da Defesa Civil, os investimentos para o Plano de Preparação para Emergências e Desastres, em 2023, foi de R\$ 39 mil; já em 2024, foi R\$ 34 mil.
- No âmbito da Defesa Civil, os investimentos para o Plano de Prevenção de Desastres, em 2023, foi de R\$ 36 mil; já em 2024, foi R\$ 28 mil.
- No âmbito da Defesa Civil, os investimentos para o Programa de Reconstrução, em 2023, foi de R\$ 85 mil; já em 2024, foi R\$ 65 mil.
- No âmbito da Defesa Civil, os investimentos para o Programa de Resposta aos

Câmara Municipal de São Gonçalo – Palácio 22 de Setembro | Gabinete 103
R. Francisco Portela, 2614 - Centro, São Gonçalo - RJ, 24435-000

LIDO
EM: ____/____/____

RESPONSÁVEL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO VEREADOR ROMÁRIO REGIS

Desastres, em 2023, foi de R\$ 30 mil; já em 2024, foi R\$ 18 mil.

A Lei Orçamentária Anual – 2024 de São Gonçalo pode ser consultada na íntegra neste link: <https://www.cmsg.rj.gov.br/leis/loa/loa-2024/>.

Agradeço o empenho em buscar soluções conjuntas para o Município de São Gonçalo e aproveito a oportunidade para renovar os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

Atenciosamente,

ROMÁRIO REGIS

Vereador

Anexo 3

“Rio Acari uma história de agonia para milhares de pessoas” – relatório produzido pela comunidade de ACARI e entregue à missão do CNDH em 29/02/204

O Rio Acari

O Rio Acari é um dos maiores cursos d'água do município do Rio de Janeiro. Tem sua nascente na Serra do Gericinó e separa o município do Rio de Janeiro de Duque de Caxias.

Importantes vias da cidade passam por ele, como: Linha 2 do Metrô Rio, Avenida Brasil e Rodovia Presidente Dutra. Essas vias têm frequentemente o trânsito muito afetado e não raro paralisado quando acontecem fortes chuvas e a capacidade de vazão do rio fica prejudicada.

A população

Desde 1959 as populações que vivem as margens do Rio Acari relatam enchentes cada vez mais graves. Sua bacia hidrográfica passa por bairros populosos que vem ao longo de décadas, perdendo móveis, mantimentos e até vidas.

O Parque Colúmbia e Acari, não são diferentes dos outros que margeiam esse longo curso d'água. Com o IDH de 0,720, esses dois bairros são, segundo o IBGE o 124º e antepenúltimo bairro do município do Rio de Janeiro.

Nº	Bairro ou grupo de bairros	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (em R\$ de 2000)	Índice de Longevidade	Índice de Educação	Índice de Renda	Índice de Desenvolvimento
124	Acari, Parque Colúmbia	63,93	91,68	79,44	174,12	0,649	0,876	0,634	0,72

O que perdemos

Observando esses dados, fica claro que a existência de uma área alagadiça piora sobremaneira a qualidade de vida da população.

Na área da saúde, verifica-se que patógenos bacterianos, virais, parasitários são comuns devido ao contato direto com a água poluída, com o meio ambiente enlameado ou através de alimentos, já escassos que são, não raro, atingidos pelas enchentes e aproveitados pelos mais carentes.

Além disso, a desvalorização territorial afasta investimentos imobiliários, diminui o valor dos imóveis, pois a enchente não se restringe às margens do rio. Ela se alastra por ruas de loteamentos legalizados onde proprietários entristecidos

assistem impotentes seus investimentos de anos, se encherem de lama. Essa situação de abandono afasta ainda empresas e lojistas que trariam uma melhor empregabilidade para jovens moradores da região.

Na área da educação, duas escolas que ficam às margens do Rio Acari tem sofrido com constantes enchentes desde suas construções. A Escola Municipal Alexandre de Gusmão com 229 alunos inundada até o teto, está recuperando um muro parcialmente derrubado pela força das águas. A Escola Municipal Érico Veríssimo situada em Acari com 683 alunos teve o muro quase totalmente derrubado. São Unidades Escolares atingidas por enchentes que atingem mais de 2 metros que danificam suas estruturas, além de destruírem materiais pedagógicos, mobiliário, mantimentos, forçando seus gestores a passar por demorado processo de limpeza, desinfecção e aquisição de materiais para que possam voltar às suas atividades normais com menores riscos e maior conforto para suas crianças.

Projetos equivocados

Várias ações de diferentes governos resultaram em fracasso parcial ou total como podemos ver abaixo.

Em 2006, após mais uma enchente tivemos a visita do Presidente da Rio Águas. À pedido do Conselho Comunitário do Parque Colúmbia, deu-se início a uma dragagem emergencial do Rio Acari que amenizou bastante as enchentes. Entretanto, faltou a continuidade de trabalhos para que o rio fosse preparado com canalização, realocação das saídas de águas pluviais, alargamento de pontes e limpezas periódicas do leito, evitando o assoreamento. Assim, após quatro anos, em 2010, fomos novamente atingidos pelas águas do Rio Acari.

“A bacia do Rio Acari, que abrange 26 bairros, é considerada a mais problemática pela Serla. São 27 pontos sujeitos a enchentes. Além do assoreamento, que afeta seis trechos de rios da bacia... Estamos há um ano dragando a bacia de decantação do Rio Acari (trecho mais largo onde sedimentos se acumulam), em Fazenda Botafogo. Com as chuvas que caíram em Acari, enchente poderia ter sido muito pior”

O Globo, 02/02/2006, Rio, p. 16

Outro exemplo de políticas equivocadas foi a transferência dos moradores da localidade Beira Rio para Campo Grande em 2011. O projeto objetivava a retirada dos moradores para a realização de obras para impedir novos alagamentos, trabalhos de arborização, instalação de espaços recreativos e ciclovias.

Infelizmente, tudo resultou em abandono das áreas e casas. Alguns moradores retornaram e as casas remanescentes, já bastante danificadas, sofreram novas invasões de pessoas sem teto. Vale ressaltar que essas estruturas fragilizadas ameaçam desabar a cada nova enchente, o que poderá resultar em novas tragédias.

Em 2014, o prefeitura fez intervenções que incluíam a implantação de infraestrutura, pavimentação e calçada, entre outros serviços. Pretendia proporcionar mais qualidade de vida e dignidade aos moradores da região. Entretanto, sem a canalização do rio, a dignidade esperada ainda ficou prejudicada.

Acari 2024

Ameaça de tragédias futuras

Nós moradores dos bairros de Parque Colúmbia e Acari estamos muito assustados com a possibilidade de futuras grandes enchentes. Sabemos que as mudanças climáticas trazem chuvas mais intensas, porém, esse temor deve-se exclusivamente ao recente aterro feito na margem oposta ao Parque Colúmbia para construção de depósitos de logística.

Acreditamos que esse aterro foi levado a termo sem estudos ambientais e matemáticos que levassem em conta a área de inundação. Toda a área era uma várzea que auxiliava na dispersão das águas na curva do Rio Acari que coincidentemente fica ao lado do Parque Colúmbia. Após essa construção, qualquer chuva mais intensa resulta na inundação no Parque Colúmbia. Sabemos que essa constatação não é a única ação necessária. Estamos cientes da necessidade premente da dragagem frequente do leito do rio e de projetos de educação das populações ribeirinhas quanto ao despejo correto do lixo.

Dessa forma, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e auxílio para que essa história de agonia termine e possamos ser exemplos de proteção ambiental e comunitária.

Gratos

Fotos



Enchente 2011



Enchente 2013



Enchente 2017



Entulho gerado pela demolição de uma casa situada na comunidade Beira Rio que hoje assoreia ainda mais o Rio Acari.



Escola M. Alexandre de Gusmão com muro parcialmente destruído pela força das águas do Rio

Anexo 4

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE MORADORES/AS ATINGIDOS/AS PELAS ENCHENTES NO BAIRRO DE JARDIM AMÉRICA E ADJACÊNCIAS

A presente Comissão se formou a partir de janeiro de 2024 para dar voz à população atingida pela forte enchente de 13 de janeiro do corrente ano, em Jardim América e adjacências, com destaque para a parcela que tem suas moradias construídas às margens do rio Acari e que foram fortemente atingidas com a força das águas, levando ao desabamento de algumas destas edificações e ao abalo das estruturas de outras (e que pode acarretar novos desmoronamentos). Esse cenário amplia, principalmente, para a classe trabalhadora suburbana e para os setores populares mais pauperizados e periféricos dessa região, o nível de insegurança e de medo, tendo em vista que para os meses de fevereiro e março, deste ano, ainda há previsões e já ocorreram novas chuvas torrenciais e os rios/canais ameaçam transbordar, despertando uma tensão constante e rememorando o trauma de ter a casa invadida pelas águas e de perder objetos e toda infraestrutura doméstica acumulada à duras penas. Destacamos também o medo daqueles/as que moram às margens do rio Acari, pois boa parte do solo das residências dessas áreas mais vulneráveis ainda está instável, devido ao acúmulo da umidade em função da sua proximidade ao leito do rio. O objetivo da organização dos/as moradores desses territórios, nessa Comissão, tem em vista a luta pelo seu DIREITO HUMANO à MORADIA, como também ao seu DIREITO AO BEM VIVER, historicamente negados aos territórios suburbanos e periféricos cariocas. Conforme a Constituição Federal de 1988, o direito à dignidade da pessoa humana está resguardado em seu inciso II, artigo 1º.

As chuvas torrenciais, que eram eventos extremos, têm se tornado cada vez mais comuns em função das mudanças climáticas. Porém, seu impacto é desigual em territórios marcados por uma forte desigualdade em termos de infraestrutura social, ambiental e urbana. A zona norte carioca e a baixada fluminense (onde concentram-se favelas e bairros periféricos com sua maioria de moradores/as negros/as e mão de obra precarizada e empobrecida) foram as áreas mais afetadas com o volume das chuvas de janeiro (na baixada fluminense o volume das chuvas chegou a 280 mm em três dias). Na verdade, o impacto das chuvas nessa região compõe um ciclo que se repete em intervalo cada vez mais curto de tempo e com estragos cada vez maiores. A amplitude desse impacto se dá em função da ausência de vontade política, descaso e negligência do poder público em realizar obras que estão nos Planos Diretores de Drenagem previstos para essa região; em fiscalizar obras feitas no improvisado e sem planejamento; em investir na infraestrutura necessária e no planejamento urbano para diminuir o impacto das chuvas nessas áreas e para prevenir tragédias ambientais. Além disso, falta uma política social efetiva que ampare financeiramente e com serviços de saúde e de assistência social à população mais pobre.

Desde dezembro de 2013, bairros da zona Norte, como o Jardim América e adjacências (assim como a baixada fluminense) sofrem com o drama das enchentes (conforme mostra o Relatório do CREA-RJ daquele ano, em anexo). Já naquele ano o impacto da enchente no bairro foi grande, atingindo um grande número de ruas e ocasionando muitas perdas materiais para os/as moradores/as e, inclusive, levando à óbito um trabalhador (Sr Nica, que morreu eletrocutado, tentando socorrer um outro morador). O transbordamento do rio dos Cachorros inundou as ruas em seu entorno e o nível da água dentro das casas ficou em torno de 70 cm. O transbordamento do rio Acari atingiu as ruas Rodolfo Chamberland e Nova União.

É consenso que a recente enchente do mês de janeiro desse ano teve um alcance bem maior que a anterior, em termos de áreas atingidas e de aumento do nível da água dentro das casas, além dos estragos materiais. Essa última enchente atingiu 70% das ruas do bairro (num total de 45 ruas, 36 foram inundadas). A população atingida, situada nessa extensão inundada, corresponde, num cálculo aproximado, a 43.200 pessoas. Na parte mais alta do bairro a água alcançou 40 cm e na parte mais próxima ao rio Acari, o nível da água nas casas alcançou 1 metro e 60 cm, aproximadamente, ou até mais. Foram também fortemente atingidas, nesse segundo evento, as ruas Rodolfo Chamberland, Nova União, Otávio Mangabeira e Vila Beira-rio. Além das residências e do comércio local, essa enchente gerou estragos nas escolas, no CRAS, no posto de saúde e no posto policial. Vale destacar que essa última enchente impactou não somente a saúde mental, mas também física dos/as moradores/as. Segundo os registros do CMS-Nagib Jorge Farah, houve grande demanda de pessoas com problemas intestinais, logo após a enchente.

Diante desse ciclo de tragédias anunciadas que se repetem ao longo dos anos, é fundamental chamarmos atenção para as suas causalidades e para a forma como vem sendo historicamente enfrentadas, ou seja, com total descaso pelo poder público.

Muitos estudos apontam para um conjunto de fatores socioambientais como agravantes da questão das enchentes nessa região, de 2013 para cá. Fatores como o desmatamento, falta de fiscalização de obras irregulares e o engavetamento do Plano Diretor de Manejo do rio Acari, que previa uma série de intervenções, dentre elas a construção de 8 reservatórios ao longo da Bacia do rio Acari.

Apresentamos como fundamento teórico às nossas percepções, desse evento de desastre socioambiental ocorrido, a contribuição da Dissertação de Mestrado na COPPE, do Professor Antonio Krishnamurti Beleño de Oliveira (Vide Bibliografia), cujo título é “O SISTEMA DE DRENAGEM COMO EIXO ESTRUTURANTE DO PLANEJAMENTO URBANO: CASO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARI”. Nesse estudo científico o professor elabora um histórico da drenagem urbana desse território, onde ele também apresenta simulações matemáticas para a bacia do Rio Acari, que trazem evidências quantitativas da causalidade das falhas do sistema de drenagem e sua relação com as inundações, além de questões relacionadas aos transtornos causados à população nos eixos de habitação, saneamento, transporte, equipamentos comunitários e economia. Além disso o trabalho do Professor traz em seu capítulo sete, um diagnóstico da Bacia do Rio Acari, onde ele simula o cenário da época (2018) e identifica as maiores falhas do sistema de drenagem, onde é possível ver a importância dos espaços livres. A supressão desses espaços é um grande problema pois eles seriam essenciais para receber o volume das cheias do Rio e seus afluentes. Um desses locais citados, vide “Mapa de uso geral aos espaços livres remanescentes da Bacia” (p.123), é a área na margem direita do Rio Acari, citada na reportagem do Jornal O GLOBO de 16 out 2015, cujo conteúdo se encontra em anexo no relatório.

Vale destacar que existe uma cultura do “asfalto”, das elites e daqueles que moram em áreas menos desvalorizadas (até mesmo dentro do próprio bairro) em culpabilizar os segmentos mais empobrecidos e que vivem às margens dos rios como os principais agentes responsáveis pelas enchentes, devido ao seu “hábito de jogar lixo nas encostas e nos rios”, como se grandes empresas do próprio entorno não fossem os grandes agentes poluidores do meio ambiente. A mera reprodução desse pensamento preconceituoso e simplista serve para escamotear as causas multifatoriais e estruturais do fenômeno das enchentes (como já relatadas).

O poder público, diante dessas repetitivas tragédias nessa região, se comporta como se leigo fosse, além de total falta de empatia e descaso diante do histórico sofrimento dessas populações. O atual prefeito Eduardo Paes, ao visitar, em janeiro, às ruas e comunidades mais fortemente atingidas, propôs aos/as moradores da rua Rodolfo Chamberland uma suposta indenização para “compensar” as desapropriações desse trecho (como solução emergencial para a situação). Sabe-se que esse valor previsto está muito aquém do real valor de cada habitação nessa localidade. O prefeito disse que daria essa indenização e cada morador que “se virasse” com isso, ou seja, ele simplesmente “lavou as mãos” diante da complexidade do problema. Ele parte do pressuposto que estar numa área de risco é escolha individual de cada um/uma e que essa mísera quantia a ser oferecida aos moradores seria o máximo que ele poderia fazer. Isso funcionaria como um “cala boca” ou contenção das revoltas. Uma outra saída que vem sendo apontada para esses moradores é o benefício temporário do aluguel social. Este não representa para os moradores uma alternativa segura e viável, pois além do valor ser ínfimo (R\$400,00) o pagamento é descontinuado em um curto prazo sem qualquer justificativa e sem uma avaliação da real situação do público beneficiário.

A tragédia das enchentes e a forma que vem sendo enfrentada pelas autoridades só deixam danos e traumas, muitas vezes irreversíveis, a esses moradores/as. Algumas falas de moradores antigos dessa localidade revelam o quanto se sentem invisíveis para a sociedade e para o poder público: “aqui ninguém enxerga a gente, estamos na divisa com outro município e um joga a responsabilidade para o outro”.

Seguem abaixo as áreas e comunidades mais fortemente atingidas e sob ameaça de uma possível desapropriação:

A vila Beira-rio - localizado município do RJ (Pavuna) - existe desde 1977 (SABREN, 2010) e possui, atualmente, aproximadamente 200 casas. Segundo ação conjunta entre o 6º RTD e o NUTH, no ano de 2010, foi concedida declaração de posse para 90% das casas nesse território. As casas não estão construídas as margem do rio Acari. Existe uma faixa de terra (rua) onde circulam carros, caminhão de coleta do lixo, material de construção, etc. Vale destacar que, desde 2010 foi feito um pedido de regularização fundiária dessa área no ITERJ (processo nº E-19/200.446/2010), mas até o momento não foi finalizado. Nessa área (ao final da rua) a água alcançou 1 metro e meio de altura a água invadiu aproximadamente 90% das casas - o que gerou muitas perdas materiais. Até o momento ninguém recebeu auto de interdição.

É urgente a atenção para uma área situada nas proximidades da Vila Beira-rio. Especificamente são 9 casas construídas na margem do rio Acari, localizadas do outro lado da via Dutra. O trecho de acesso a estas casas teve um profundo afundamento do solo, já avaliado pela Defesa Civil que deu auto de interdição para estas 9 casas. A própria Defesa Civil destacou que o grande problema não é a estrutura das casas, mas a consistência do solo, por conta da grande umidade acumulada, em função da proximidade com o leito do rio. A questão é que estes/as moradores/as encontram-se, até o momento, ainda em suas casas nessas condições, pois estão aguardando a visita da SMH para avaliar os imóveis e orientá-los para onde ir. Vale destacar que esses/as moradores/as já estiveram no CRAS da Pavuna, mas precisam aguardar a SMH.

A **Rua Nova União** - localizada no município do RJ (Pavuna) – tem, aproximadamente 35 anos de existência. A maior parte das residências está construída à margem do rio Acari. Nessa rua todas as casas possuem hidrômetros da empresa Águas do Rio. Com essa última enchente, somente 4% dessas casas foram inundadas, pois estão situadas na parte mais baixa do terreno. E isso gerou a perda dos pertences desses moradores. A questão nessa área é que a maior parte das moradias estão justamente na margem do rio e isso gera uma grande instabilidade na estrutura das mesmas. Nessa área já houve desabamento de casas, abalo das estruturas de algumas casas. Vale destacar que nessa área, todos/as moradores/as já receberam auto de interdição e visita da SMH. Vale também mencionar que essa situação de interdição dessa área pela Defesa Civil é recorrente, pois já tiveram vários episódios de desabamento de casas na localidade. Diante dessas situações anteriores, esses/as moradores/as procuraram o NUTH para obterem orientação jurídica. Alguns receberam o benefício do “Aluguel Social” da Prefeitura do RJ. Entretanto, há relatos que em alguns casos o pagamento desse benefício foi descontinuado. Uma marca do descaso e falta de fiscalização do poder público frente a essa questão é que em algumas localidades onde as casas desabaram, outras casas foram reconstruídas por outros moradores, em um novo processo de ocupação desordenada.

A **rua Rodolfo Chamberland** - localizada no bairro de Jardim América, entre as ruas Professor Costa Ribeiro e Otávio Mangabeira, existe há mais de 50 anos. Essa é uma área onde, no início da sua ocupação, os/as moradores receberam a cobrança do chamado SPU (Secretaria de Patrimônio da União) e que atualmente denomina-se RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) – que é a identificação do imóvel no cadastro da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), especificamente aqueles situados em áreas foreiras, ou seja, que têm como proprietária outra parte, no caso de terrenos legalmente pertencentes à Marinha do Brasil. Entretanto, ao longo do tempo, poucos moradores/as deram continuidade ao pagamento dessa taxa (aproximadamente 15 a 20% dos/as moradores); alguns se tornaram isentos pela idade e outros/as faleceram e coube o pagamento desse imposto aos/as herdeiros/as. Vale mencionar que ao longo da extensão da rua, existem comércios que estão legalizados junto à Prefeitura do RJ. Nessa área existe, hoje, aproximadamente 150 terrenos, com cerca de 2 casas em cada um. Com um cálculo aproximado, partindo desta informação, presume-se que existem 300 moradias. Se partirmos da hipótese da existência de 3 pessoas por família, pode-se inferir que existam, aproximadamente, 900 moradores ao longo da extensão desta rua. Com relação a ocupação territorial, consta em planta aérea do IPP de 1975, uma margem entre as casas e o leito do rio. Já na planta de 1997 essa margem já não aparece mais no decorrer de toda a extensão entre as casas e o rio, podendo indicar que no decorrer dos anos não houve uma devida fiscalização e um trabalho de contenção da expansão do leito do rio. Parece mais provável, que ao longo do tempo, o próprio rio absorveu essa margem de terra, tornando-o mais próximo das estruturas das casas e comprometendo as mesmas em função da constante umidade do solo. O impacto da enchente nessa rua foi em toda a sua extensão e o nível da água nas casas térreas chegou, aproximadamente, a 1 metro e 60 cm. Dessa forma, isso gerou muitas perdas materiais para os/as moradores/as ao longo de toda a rua.

Vale destacar que nas imediações da rua Professor Costa Ribeiro (que se inicia na via Dutra) houve um forte abalo da estrutura de várias casas, acarretando o desmoronamento de muros e paredes de duas casas e uma oficina de carros. Em outra casa, nessa localidade, houve um afundamento do chão de um dos cômodos.

Em toda essa área sinalizada (Rodolfo e Professor Costa Ribeiro), os/as moradores receberam o auto de interdição e a visita e a avaliação da SMH, que fez a metragem dos imóveis da localidade.

É importante registrar que está localizado nesta rua um importante equipamento da Prefeitura, o CRAS Nelza Felipe Pereira, fortemente atingido pela última enchente. O impacto da chuva na estrutura de tal equipamento foi tão grande que o mesmo ficou impossibilitado de atender seus/suas usuários/as. Na falta de um espaço alternativo disponibilizado pela Prefeitura, a Paróquia Santa Rosa de Lima cedeu suas instalações para possibilitar o atendimento emergencial da população logo após a enchente.

Na rua Otávio Mangabeira, em Jardim América, especificamente no trecho entre a ponte Verde e a rua Ministro Arthur Costa, há 45 casas. Essas residências também foram construídas à margem do rio Acari. Esse trecho é bastante vulnerável pois está situado exatamente entre o entroncamento de dois rios (o Acari e o Pavuna). Além disso, ainda situa-se bem próximo ao final do rio dos Cachorros (que atravessa a Rodovia Presidente Dutra, percorre boa parte do Jardim América e desemboca no rio Pavuna). Os/as moradores/as deste trecho da rua receberam a visita dos técnicos da SMH para avaliação dos imóveis. O imenso volume de água que transbordou do rio dos Cachorros teve um grande impacto nas dimensões desta última enchente.

OBS: É importante sinalizar que essas áreas foram incluídas no Projeto Morar Carioca – Agrupamento 21, desenvolvido pelo Ateliê Metropolitano, em 2012. Porém, apenas as áreas do Parque Proletário do Dique e Furquim Mendes foram efetivamente contempladas no Projeto. Com isso, vale investigar o motivo pelo qual toda a área do agrupamento 21 não ter sido contemplada no Projeto e os valores orçamentários previstos para a reurbanização de toda a área e o que realmente foi gasto.

EIXOS DE REIVINDICAÇÃO COLETIVA

Diante de tudo isso, reforçamos que a população dessas áreas mais atingidas, segue apavorada, tendo em vista o histórico de remoções arbitrárias realizadas pelo poder público municipal, ao longo dessas últimas décadas. Assim como toda população do Jardim América, toda zona norte e da Baixada Fluminense continuam em abandono no que se refere as questões socioambientais, medo e forte sofrimento emocional diante de novas previsões de fortes chuvas e novos alagamentos sem nenhuma solução concreta. Vale ressaltar que essa população tem perdas materiais acumuladas e não ressarcidas, no nosso caso desde dezembro de 2013 e no caso da Baixada Fluminense, anualmente.

Chamamos atenção que na última década, pesquisadores, técnicos da prefeitura e do Estado e entidades como o CREA-RJ e Clube de Engenharia, têm se debruçado sobre o tema das drenagens das bacias que envolvem os Rios Acari, Pavuna, Meriti, Botas, Iguaçú, dentre outros, além do tema das ocupações irregulares em áreas que deveriam estar livres de ocupações conforme os estudos têm apontado. Entretanto o poder público tem engavetado as orientações desses laudos científicos em função do argumento de não haver orçamento suficiente. Isso é uma falácia e um olhar desumano para as áreas periféricas. Trata-se de um **racismo ambiental**. Sabemos muito bem que sempre há recursos e investimentos para as áreas consideradas nobres da cidade. Esse racismo ambiental se reflete não só em relação a questão das enchentes, mas fundamentalmente o descaso histórico no que se refere ao Saneamento Básico dessa região. Sabemos que, conforme defendem a privatização dos serviços públicos, fundamentalmente para a classe trabalhadora e população periférica a recente privatização do direito água e ao esgotamento sanitário, não melhorou a oferta desses direitos fundamentais que passaram a ser mercadoria. A Concessionária Águas do Rio é alvo de constantes denúncias nos órgãos de fiscalização do direito do consumidor.

Diante de tudo que foi relatado, **os três eixos de reivindicações** defendidos por essas comunidades são:

1) A não remoção dos/as moradores das áreas mais vulneráveis de seu território, em consonância com todas as normas vigentes (federal, estadual municipal) de proteção ao direito à moradia. Diante da necessidade da saída dos/das mesmos de seus lares (em função do risco eminente à vida e da previsão de obras em toda a bacia do rio Acari), defendemos o seu reassentamento em áreas próximas num raio de 5 quilômetros de distância das moradias em questão (obedecendo o que prevê a Lei Orgânica Municipal, no artigo 429)

2) Com relação as obras de infraestrutura:

a) defendemos a imediata execução das obras previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico da cidade do Rio de Janeiro (2014), que está para ser revisto e que contempla intervenções ao longo da bacia dos rios Acari Meriti-Pavuna;

b) exigimos a transparência quanto aos recursos do Município destinados às contenções de enchentes para a Cidade do Rio de Janeiro, para 2024.

c) queremos conhece e acompanhar o cronograma de intervenções efetivas contra as enchentes no bairro de Jardim América e adjacências, além de outras melhorias.

d) exigimos saber qual o projeto da Concessionária Eco Rio Minas para resolver o problema das águas que são escoadas para o bairro, pois devido a um erro de projeto, no trecho da rodovia Presidente Dutra que passa sobre o rio dos Cachorros, a falta de escoamento das águas gerou um acúmulo de água na pista. Isso obrigou a concessionária a retirar o muro divisório de concreto, fazendo com que a água acumulada se deslocasse com toda para as ruas do bairro.

3) Imediato levantamento e ressarcimento em relação às perdas materiais dos/as moradores de Jardim América (incluindo todas as ruas e comunidades atingidas) e adjacências.

4) Diante da necessidade de desapropriação coletiva nas áreas mais vulneráveis, propomos a construção de um conjunto residencial nas imediações para o deslocamento desses/as moradores/as. Sabemos que no território há vários imóveis privados vazios que não têm sua função social, nem de moradia e nem de emprego (conforme prevê a CF/88).

OBS: Segue abaixo um detalhamento dessa proposta e exemplos de espaços a serem aproveitados nesse sentido (com algumas ilustrações).

Considerando a necessidade urgente de realocação das famílias afetadas pela interdição de imóveis em nosso bairro, identificamos diversas áreas que poderiam ser aproveitadas para a construção de novas moradias. Abaixo, listamos alguns terrenos potenciais:

1. Terreno na Antiga Furnas - Rua Domingos de Oliveira, 1, Jardim América:
- Área Total: Aproximadamente 13.300m².

Este terreno oferece um potencial significativo para a construção de um novo condomínio residencial. Através de um planejamento cuidadoso utilizando de projetos do programa "Minha Casa Minha Vida" com unidades de 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, com aproximadamente 40m², podemos projetar até 15 torres de 5 andares, proporcionando

moradia para cerca de 300 famílias. Além disso, priorizamos a preservação de áreas verdes para promover o contato com a natureza e o lazer dos moradores.

2. Terreno do Pátio Externo Rio de Janeiro - VCPRJ, Rodovia Presidente Dutra, 1000, Jardim América:

- Área Total: Aproximadamente 15.100m².

Localizado em uma posição estratégica, este terreno apresenta uma oportunidade única para a criação de um novo conjunto habitacional. Com uma visão de sustentabilidade e inclusão, propomos a utilização de projetos do programa "Minha Casa Minha Vida" com unidades de 2 quartos, sala, cozinha e banheiro, com aproximadamente 40m². a construção de 18 torres de 5 pavimentos, oferecendo moradia para até 360 famílias. Além das residências, planejamos integrar áreas de lazer e espaços verdes para promover um estilo de vida saudável e comunitário.

3. *Readequação da Margem do Rio Acari, Rua Rodolpho Chamberland:

Diante da necessidade de revitalização urbana, propomos a readequação da margem do Rio Acari. Com uma abordagem centrada na comunidade, vislumbramos a criação de 4 a 5 torres de 5 pavimentos no antigo campo do Vera que atingido pela readequação da margem ira perder sua forma original, essas torres abrigariam de 80 a 100 famílias. Este espaço será complementado com áreas de lazer e convivência, promovendo um ambiente seguro e acolhedor para todos.

4. Antiga Clínica na Rua Cristiano Machado, 42, Jardim Americano:

- Área Total do Terreno: Aproximadamente 1.100m².

- Potencial para retrofit do edifício existente ou demolição e reconstrução.

5. Área atrás do Colégio Estadual Deputado Pedro Fernandes:

- Área Total: Aproximadamente 10.400m².

- Potencial para habitações devido à proximidade com escolas e clínica da família.

6. Terreno do Antigo Shopping em Jardim América, Rodovia Pres. Dutra, 548:

- Área Total: Aproximadamente 12.100m².

- Necessidade de avaliação para potencial uso residencial.

Além destes, existem outros locais no bairro, principalmente às margens da Rodovia Presidente Dutra, que poderiam ser avaliados para potencial conversão em habitações.

A seguir sem as fotos que ilustram o projeto acima:





Fotos que mostram o panorama do resultado das enchentes anterior e atual







Anexo 5

MONITOR DE POLÍTICAS PARA O CLIMA

MARÇO 2024

FLAVIO SERAFINI
MANDATO COLETIVO ESTADUAL

O QUE É

Compilação de análises e dados sobre políticas públicas do estado do Rio de Janeiro para o enfrentamento aos impactos da emergência climática e redução da emissão de gases de efeito estufa.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

Monitorar a execução das políticas públicas

Monitorar a proposição e a execução orçamentária

POLÍTICAS PÚBLICAS

Lei 5690/2010 – Cria a Política Estadual sobre Mudança Global no Clima

É a lei guarda-chuva que deve orientar ações e iniciativas para reduzir riscos, vulnerabilidades, promover adaptação e reduzir emissões.

Prevê instrumentos 10 instrumentos para a execução da Política.

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Item	Descrição	Status
1	Plano Estadual sobre Mudança do Clima	Não existe
2	Fórum Rio de Mudanças Climáticas	2018 - "Plano" Estadual de Adaptação É na verdade um relatório técnico sobre os impactos e medidas gerais para adaptação
3	Cadastro Estadual de Emissões	Representamos ao MP para elaboração e cumprimento do que já existe
4	Cadastro Estadual de Sumidouros	
5	Estimativas Anuais de Emissões de GEE e o Inventário Estadual de Emissões de GEE	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Item	Descrição	Status
1	Plano Estadual sobre Mudança do Clima	Apesar de ter ocorrido uma reunião do Fórum no dia 21/09/2023, não há documento público e não achamos nenhuma relatoria do encontro.
2	Fórum Rio de Mudanças Climáticas	Procuramos a SEAS para solicitar o Decreto que regulamenta o funcionamento do Fórum e a data das próximas reuniões, mas também não obtivemos resposta.
3	Cadastro Estadual de Emissões	
4	Cadastro Estadual de Sumidouros	
5	Estimativas Anuais de Emissões de GEE e o Inventário Estadual de Emissões de GEE	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Item	Descrição	Status
1	Plano Estadual sobre Mudança do Clima	Em 2022 o INEA aprovou norma para o relato de emissões
2	Fórum Rio de Mudanças Climáticas	Primeiro ano de dados: 2022
3	Cadastro Estadual de Emissões	Há um sistema online de relato das emissões https://gee.inea.rj.gov.br/
4	Cadastro Estadual de Sumidouros	Há possibilidade de acesso público dos dados de emissão https://geoportal.inea.rj.gov.br/portal/apps/sites/#/mc-portal/pages/panorama
5	Estimativas Anuais de Emissões de GEE e o Inventário Estadual de Emissões de GEE	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Item	Descrição	Status
1	Plano Estadual sobre Mudança do Clima	
2	Fórum Rio de Mudanças Climáticas	Há apenas a menção que existe, sem nenhum dado público no Portal de Clima do Estado https://geoportal.inea.rj.gov.br/portal/apps/sites/#/mc-portal/pages/milgacao-storymap
3	Cadastro Estadual de Emissões	
4	Cadastro Estadual de Sumidouros	
5	Estimativas Anuais de Emissões de GEE e o Inventário Estadual de Emissões de GEE	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Status

1	Plano Estadual sobre Mudança do Clima	<p>Inventário de emissões tem previsão de ser publicado a cada 5 anos e o último é de 2015.</p> <p>O estado deveria ter publicado outro em 2020. O próximo previsto seria para 2025.</p> <p>Governo fez parceria com SEEG para publicação de inventário anual.</p>
2	Fórum Rio de Mudanças Climáticas	
3	Cadastro Estadual de Emissões	
4	Cadastro Estadual de Sumidouros	
5	Estimativas Anuais de Emissões de GEE e o Inventário Estadual de Emissões de GEE	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Status

6	Sistema Estadual de Informações sobre Mudança do Clima	<p>Não achamos evidências de existência</p> <p>Monitoramento Climático Estadual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • controle de alterações associadas ao meio físico ou à biota • favorecer a formação de redes para a observação e o monitoramento de parâmetros relacionados às mudanças climáticas, incluindo, temperaturas, pluviosidade e nível do mar;
7	Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Rio de Janeiro	
8	Inventário Florestal Estadual	
9	Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano	
10	Licenciamento ambiental	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Status

6	Sistema Estadual de Informações sobre Mudança do Clima	<p>SEAS firmou parceria com Jardim Botânico e o Serviço Florestal Brasileiro e em 2019 houve a publicação do Inventário Florestal Nacional no Estado do Rio de Janeiro https://www.gov.br/brj-pt-br/assuntos/noticias/1056</p>
7	Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Rio de Janeiro	
8	Inventário Florestal Estadual	
9	Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano	
10	Licenciamento ambiental	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

Status

6	Sistema Estadual de Informações sobre Mudança do Clima	<p>Hoje o licenciamento é regido por um decreto que criou um Sistema de Licenciamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevê relato e controle de emissão de GEE <p>Entretanto, no ano passado o governo classificou como estratégica a instalação de 4 balsas termelétricas flutuantes na Baía de Sepetiba dispensando o empreendimento de licenciamento</p> <p>Há casos de renovação de licença sem cumprimento de condicionantes (Termium)</p>
7	Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Rio de Janeiro	
8	Inventário Florestal Estadual	
9	Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano	
10	Licenciamento ambiental	

INSTRUMENTOS DA LEI 5690/2010

1	Plano Estadual sobre Mudança do Clima	6	Sistema Estadual de Informações sobre Mudança do Clima
2	Fórum Rio de Mudanças Climáticas	7	Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Rio de Janeiro
3	Cadastro Estadual de Emissões	8	Inventário Florestal Estadual
4	Cadastro Estadual de Sumidouros	9	Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
5	Estimativas Anuais de Emissões de GEE e o Inventário Estadual de Emissões de GEE	10	Licenciamento ambiental

ORÇAMENTO ESTADUAL

No Relatório Monitor estamos olhando os seguintes programas do orçamento:

1	Preservação e Conservação Ambiental	5	Gestão da Política Habitacional e Regularização Fundiária
2	Gestão Integrada de Recursos Hídricos	6	Mobilidade Urbana na RM
3	Prevenção e Resposta ao Risco e Recuperação de Áreas Alagadas	7	Fortalecimento da Gestão Pública
4	Rio Capital da Energia		

ORÇAMENTO ESTADUAL



ORÇAMENTO ESTADUAL

FUNDO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

Execução do FECCAM	Despesas Liquidadas no fundo	Disponibilidade financeira	Aproveitamento dos recursos disponíveis
2017	R\$ 401.390.655,05	R\$ 402.537.263,12	99,7%
2018	R\$ 465.150.905,06	R\$ 491.830.728,68	94,6%
2019*	R\$ 116.512.332,30	R\$ 671.725.788,00	17,3%
2020*	R\$ 128.309.751,24	R\$ 388.768.866,56	32,2%
2021**	R\$ 183.105.204,34	R\$ 642.052.784,00	28,5%
2022**	R\$ 445.401.640,59	R\$ 1.017.934.242,81	43,8%
2023**	R\$ 670.038.426,00	R\$ 835.789.509,30	80,2%

- 1 - Gestão Witzel-Castro executa muito pouco do recurso disponível
- 2 - 2022 há entrada de recursos da CEDAE e alguma parte, por obrigação contratual, foi repassados ao FECCAM

ORÇAMENTO ESTADUAL

FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Execução do FEHS	Despesas Liquidadas no fundo	Disponibilidade financeira	Aproveitamento dos recursos disponíveis
2017	R\$ 47.907.577	R\$ 323.704.467	14,8%
2018	R\$ 53.089.539	R\$ 350.941.355	15,1%
2019	R\$ 64.480.852	R\$ 185.159.029	35,0%
2020	R\$ 82.660.516	R\$ 164.679.319	50,5%
2021	R\$ 121.935.611	R\$ 302.318.637	40,3%
2022	R\$ 410.208.469	R\$ 416.962.256	98,0%
2023	R\$ 131.316.648	R\$ 147.909.753	88,8%

- 1 - Gestão Witzel-Castro reduziu a disponibilidade financeira do FEHS com exceção de 2021 e 2022.
- 2 - 2022 há entrada no orçamento dos recursos da privatização da CEDAE.
- 3 - Custeia não necessariamente políticas de moradia.
- 4 - Conselho gestor do fundo não é convocado desde 2016, prejudicando o controle social.



Em breve lançaremos o **Relatório de Análise das Políticas Públicas para Emergência Climática e Redução de Emissão de GEE**

- ✓ Fase 1 – Levantamento das Políticas e Decretos
- ✓ Fase 2 – Análise do Inventário de Emissões e do Plano Estadual de Adaptação
- ✓ Fase 3 – Análise da Lei 5690/2010 e da sua atualização
- ✓ Fase 4 – Análise de outros decretos
- ✗ Fase 5 – Análise do orçamento